

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 061/062 CURITIBA, QUARTA/QUINTA-FEIRA, EM 16/17 DE MAIO DE 2001 ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
16 DE MAIO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Carlos Simões e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1453

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto

Plenário, em regime de urgência, respeitosamente REQUER providências ao presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Hermas Brandão, para que seja encaminhado a este deputado, cópia completa do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Adulteração de Combustíveis e Sonegação de Impostos, e todos seus anexos que fazem parte integrante do referido relatório.

Justifica-se tal solicitação para que este deputado possa ter conhecimento total do respectivo relatório e anexos, a fim de que possa, efetivamente, conhecer, analisar e finalmente votar o relatório final da referida CPI.

Termos em que, pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 16.05.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 193/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Deficientes Físicos de Londrina - Adefil, com sede na Rua Senador Souza Naves, 182 - 7º andar- Sala 702, na cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 05 de fevereiro de 1983, a Adefil é uma instituição de caráter social que vem promovendo a integração do portador de deficiência física junto a vários setores da sociedade.

Como se pode comprovar pela documentação em anexo, a Adefil de Londrina preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de Utilidade Pública, eis que: possui personalidade jurídica, estando devidamente registrada sob nº 1564/3 do Livro A-15, fls. 015 do 2º Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Londrina; está em efetivo funcionamento há mais de 10 anos; não tem fins lucrativos; presta desinteressadamente serviços à comunidade e a sua diretoria não é remunerada a qualquer título.

Outrossim, o Relatório de Atividades incluso demonstra a sobejo o elevado alcance social e a importância da existência da Adefil que, inclusive, já foi declarada de Utilidade Pública Municipal, pela Lei n 3665, de 25 de abril de 1984.

Contamos, pois, com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 194/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais - Funarpen.

Art. 2º - O Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais tem por finalidade custear os atos praticados gratuitamente pelo Registrador Civil de Pessoas Naturais.

Art. 3º - Constituem-se receitas do Funarpen:

I - receitas transferidas por entidades públicas de qualquer natureza;

II - saldo financeiro apurado do próprio fundo;

III - valores decorrentes de serviços prestados a terceiros, inclusive o fornecimento de dados;

IV - subvenções, doações e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;

V - participação na receita decorrente dos sistemas de segurança implantados pelo Judiciário para a fiscalização dos atos registrais e notariais e de distribuição;

VI - contribuição mensal, recolhida pelas serventias do foro extrajudicial, nos termos desta lei ou do que dispuser o Conselho;

VII - auxílio financeiro do Estado destinado a propiciar o acesso gratuito aos documentos essenciais para a cidadania, de acordo com o especificado na Lei nº 8.543/97, que trata dos serviços itinerantes prestados pelo Registro Civil;

VIII - receita decorrente do fornecimento, com exclusividade, do Selo de Autenticidade de Atos, para os serviços notariais, registrais e de distribuição.

§ 1º - A receita do Funarpen será destinada ao pagamento dos serviços prestados gratuitamente pelo Registro Civil, inclusive o registro de nascimento e óbito.

§ 2º - Cumpre ao IRPEN, com as informações prestadas pelos registradores civis, encaminhar à Anoreg, até o sexto dia de cada mês, relatório completo dos atos gratuitos praticados pelos oficiais de registro civil no mês anterior, que serão compensados até o dia 12.

§ 3º - Dos recursos recebidos pelo Funarpen serão destinados 2% (dois por cento) para o Inoreg, 1,5% (um e meio por cento) para a Anoreg e 1,4% (um e meio por cento) para o Irpen.

§ 4º - O valor da compensação financeira pelos atos gratuitos será equivalente ao valor estipulado no regimento de Custas para os atos da mesma natureza.

§ 5º - Se a receita do respectivo mês for insuficiente para a compensação integral, será feito rateio nos termos do que dispuser o Conselho.

§ 6º - O Funarpen, na hipótese de recursos suficientes, compensará com um valor correspondente ao salário mínimo as serventias que tiverem receita mensal inferior a este montante.

Art. 4º - O Funarpen será por um Conselho Diretor composto do seguinte modo:

I - presidente, tesoureiro e diretor do registro Civil da Anoreg/PR;

II - presidente e tesoureiro do Irpen;

III - um registrador civil por entrância indicado pelo Irpen;

IV - um representante da Corregedoria Geral de Justiça, por ela indicado.

Art. 5º - Ao conselho diretor compete deliberar, pelo voto da maioria de seus membros, sobre:

I - assuntos gerais relacionados com a gestão do Fundo;

II - o seu Regimento Interno;

III - eleição de seu secretário;

IV - aumento nos montantes de compensação pela prática de atos gratuitos, não podendo a compensação ser definida em valor superior ao estabelecido na Lei de Custas para os mesmos atos;

V - todas as matérias de competência do Funarpen, exceto as conferidas ao Conselho Fiscal.

§ 1º - O Conselho será presidido pelo presidente da Anoreg/PR, sempre que este seja registrador civil; não o sendo, presidirá o Conselho o presidente do Irpen.

§ 2º - Até o dia 15 de cada mês será enviado à Corregedoria-Geral de Justiça relatório sobre as atividades do Fundo no mês anterior.

Art. 6º - O controle da arrecadação e da aplicação dos recursos do Funarpen será efetuado pelo Conselho Fiscal, composto por:

I - dois representantes da Anoreg/PR, sendo um deles obrigatoriamente Registrador Civil;

II - um representante do Irpen;

III - um representante do Colégio Notarial;

IV - um representante do Colégio Registral;

V - um registrador civil por entrância, indicados pelo Irpen;

VI - um representante da Corregedoria-Geral de Justiça.

§ 1º - Aplica-se à gestão do fundo a legislação federal e estadual pertinente, inclusive a lei de licitações e contratos, no que couber.

§ 2º - O Conselho Fiscal contratará, anualmente, empresa de auditoria independente para a verificação das contas do Fundo.

Art. 7º - O preço do Selo de Autenticidade a que se refere esta lei, definido em ato baixado pelo Conselho, será reajustado sempre que houver reajuste dos emolumentos observados os mesmos índices.

Art. 8º - O Conselho Diretor disporá sobre a aquisição e a distribuição do Selo de Autenticidade, bem como sobre suas características.

Art. 9º - É obrigatória a aplicação do Selo de Autenticidade em todos os atos praticados pelos Tabeliães de Notas, de Protesto, Registradores de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas e Registro Civil de Pessoas Naturais.

§ 1º - A ausência do Selo de Autenticidade nos atos referidos no artigo anterior importa a responsabilização do titular.

§ 2º - A autenticação de cópia de frente e verso do CIC, de título de eleitor ou da cédula de identidade exige apenas um selo.

§ 3º - Exigindo o documento mais de um ato, a cada ato corresponderá um selo; desdobrando-se o documento por mais de uma folha, mas constituindo um só documento, será exigível apenas um selo na pagina final que contiver a assinatura do titular da serventia.

§ 4º - Nas certidões de nascimento e de óbito, assim como nos documentos de interesse do Poder Público, inclusive naqueles que se prestarem para instrução de feitos, será aplicado, sem ônus para o titular, Selo de Autenticidade com características especiais, conforme definido em ato baixado pelo Conselho.

Art. 10 - Os registradores, notários e distribuidores deverão adquirir antecipadamente os Selos de fiscalização que utilizarão, quinzenal ou mensalmente, mediante recolhimento dos respectivos preços ao Funarpen, conforme orientação baixada pelo Conselho, ressarcindo-se dos respectivos custos no momento da prática do ato exigente.

Art. 11 - O descumprimento desta lei ensejará, observado o devido processo legal, a incidência das sanções previstas em lei federal, no Código de organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e demais leis que regulamentem a atividade registral e notarial, aplicando-se ao Registrador ou Notário as penas cabíveis, inclusive multa.

Art. 12 - Em caso de extinção do Funarpen, o seu patrimônio será revertido em favor do Poder Público.

Art. 13 - Os gastos do Funarpen com o custeio de suas atividades, incluídas as despesas com pessoal, não excederão a 10% (dez por cento) da arrecadação líquida mensal.

Art. 14 - o Funarpen poderá firmar convênios com pessoas jurídicas de direito público ou privado, comunicando o teor do convênio à Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento:

Ademir Bier.

JUSTIFICATIVA:

No Estado de São Paulo, por exemplo, são utilizados os chamados “selos de autenticidade”, nos reconhecimentos de firmas e autenticações de documentos, selos estes criados por força do Provimento 09/96 do então Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Márcio Martins Bonilha. Da mesma forma, adotou-se naquele Estado o sistema de fornecimento de folhas em papel específico, para a formação de livros dos tabelionatos de notas. O que também será adotado em nosso Estado, em um segundo momento.

Note-se que o Funarpen, que será implantado no Estado do Paraná, é uma proposta dos próprios serventuários do foro extrajudicial, representados pela Anoreg. Assim, não será cobrado dos particulares, sob rubrica própria de “formação de fundo”, nenhum valor. Parte das custas auferidas pelos notários e registradores para o fornecimento de certidões será utilizada para a formação do Fundo, em contribuição voluntária dos notários e registradores.

Tem relevância também, para apreciação do presente projeto, o fato que, em nenhuma hipótese, poderá ser acrescido ao valor das certidões cobradas pelos serventuários a importância a ser paga.

Com a aprovação do presente projeto de lei e a criação do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais se resolverá uma grave situação existente em nosso Estado, em relação aos Ofícios de Registro Civil, trazendo-se benefícios não só para a classe dos notários e registradores, mas para toda a sociedade paranaense.

É importante salientarmos que os próprios registradores e notários estão se dispondo a bancar a gratuidade do Registro Civil, por intermédio deste Fundo, não gerando ônus ao Estado ou à população.

Por derradeiro, este fundo atende a uma imposição da Lei 10169/2000, que determina em seu artigo 8º a obrigatoriedade de se estabelecer uma forma de compensação para os registradores civis das pessoas naturais pelos atos gratuitos praticados. Diz o artigo.

Art. 8º - Os Estados e o Distrito Federal, no âmbito de sua competência, respeitado o prazo estabelecido no artigo 9º desta Lei (90 dias), estabelecerão forma de compensação aos registradores civis das pessoas naturais, pelos atos gratuitos, por eles praticados, conforme estabelecido em lei federal.

Parágrafo Único - O disposto no “*caput*” não poderá gerar ônus para o Poder Público.

Com a criação do Fundo, da maneira que se apresenta estaremos atendendo ao artigo 8º desta Lei 10169 de 29 de dezembro de 2000, sem onerar ao Poder Público ou a população e diminuindo o número de falsificações de documentos expedidos pelos registradores e notários. É importante salientarmos que o prazo previsto para criação de uma forma de compensação aos registradores civis, conforme o artigo 9º, da lei supra citada, era de 90 dias. Por isso o caráter de urgência para esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

(Lê):

“Crise na Polícia Militar

As manchetes dos meios de comunicação abrem espaço hoje para noticiar um movimento popular novo. Uma manifestação pública que até hoje não havíamos visto: as mulheres dos policiais militares bloqueiam quartéis, fazem barricada defronte dos quartéis para impedir a troca de turnos da tropa e a saída de viaturas. Isto em várias cidades do Paraná.

O que elas pedem: justiça salarial para seus maridos. Elas reivindicam a gratificação PM Especial para soldados, cabos, sargentos e tenentes.

Num gesto de coragem, de amor pela família e de desespero pela situação que hoje aflige as classes policiais do Paraná, elas armam barricadas, montam acampamentos e prometem resistir até que o governo tome uma decisão de atendê-las.

O fato toma proporções que vão muito além da situação salarial dos militares. Atinge a Segurança Pública do Estado do Paraná. Segurança que, como diz a Constituição do Estado no seu artigo 46 - A Segurança Pública, dever do Estado direito e responsabilidade de todos é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio pelo seguintes órgãos:

I - Polícia Civil;

II - Polícia Militar.

- O Estado, sabemos, não tem condições de substituir o policiamento ostensivo feito pela PM - em nenhum dos setores citados, a não ser que recorra ao exército - o que tipifica que estamos vivendo uma situação de calamidade pública ou estado de guerra.

- Aliás, os apagões, black out, já são comparados à situação só vivida em tempo de guerra; a falta de segurança pública o que é? As autoridades da segurança pública que respondam.

Fazer o quê? O Estado diz que a Lei de Responsabilidade Fiscal não pode ser quebrada.

E a segurança pública pode? O cidadão não tem o direito constitucional de receber a proteção do Estado?

Uma lei complementar que criou a LRF - É maior que a constituição?

Não é não? Então, chegamos no momento de rever, de avaliar essa lei.

Que só agora está sendo testada na prática. O governo pode, para atender necessidades extraordinárias - como é o caso da Polícia Militar hoje, remunerar dotações orçamentárias.

Vamos estudar a situação legal e constitucional do caso para encontrarmos soluções para esse impasse.

As mulheres dos policiais militares de base tem toda a razão - merecem nosso apoio - como de toda popu-

lação. Não tem mais como esticar a corda. Chegou no limite.

Pois bem, estamos assistindo ao desastre da Segurança Pública do Estado do Paraná - É hora da Defesa Civil intervir para evitar danos maiores”.

Por exemplo, por que não se tira alguns milhões de reais, se a dívida para com a Polícia Militar é em torno de 8 milhões de reais? Vamos propor ao Governo do Estado que o líder do Governo leve ao governador Jaime Lerner, que mande para esta Casa uma mensagem fazendo um remanejamento de verbas, tirando da Comunicação social 8 milhões de reais passando para a área da Administração do Estado para cumprir os compromissos que foram firmados dentro do próprio Palácio e que nós testemunhamos quando procuramos intermediar as negociações entre Polícia Militar, Polícia Civil e Governo do Estado.

Ora, o Governo usa muito esse expediente de remanejamento de verbas. Por que não faz isto nesta hora em que enfrenta o caos na área da Segurança Pública? Por que não encaminha para esta Casa e resolve a situação da Segurança Pública no Estado do Paraná?

Vejam que o que está acontecendo, hoje, não é simplesmente um movimento de mulheres não. Não é. Tudo isso está dentro de um calendário que o governo já sabia que iria acontecer, por incapacidade do governo, por irresponsabilidade do governo. Por que secretários de Estado em seu nome assumiram compromissos com a Polícia Militar, assumiram compromissos com a Polícia Civil e, lamentavelmente, nenhum desses compromissos foi cumprido pelo Governo do Estado? E vejam que num primeiro momento, tivemos o quê? Tentativas de negociações, tentativas de entendimento entre Governo e as classes policiais.

Num segundo momento que é o que está acontecendo, ontem e hoje, o que estamos vendo? As mulheres dos militares indo para a frente dos quartéis, fazendo barricadas, impedindo a saída de viaturas, impedindo a entrada de militares para a rendição do serviço. E o terceiro momento: poderemos viver a partir da noite de hoje, um grupo de mais ou menos cem pessoas está chegando do interior do Estado, que representam as entidades da Polícia Militar, dentre eles, claro, a presença das mulheres dos policiais militares.

Estarão hoje, aqui, para uma audiência com os secretários da área do Governo Jaime Lerner.

A continuar, o senhor secretário de Segurança Pública a dizer pela imprensa que não adianta fazer greve, que não adianta falar isso ou aquilo porque o Governo não tem dinheiro e a Lei de Responsabilidade Fiscal o impede de atender, já dei, aqui a sugestão: faça um remanejamento de verbas.

Deputado Caíto Quintana, quantas vezes esta Casa fez? Tira de uma Secretaria, joga para outra e resolve o problema da Segurança Pública do Estado do Paraná!

O momento é sério e exige do Governo do Estado do Paraná medidas urgentes! Volto a dizer: se hoje à noite, nesta assembléia que haverá com as entidades que

estarão aqui em Curitiba para conversar com o governador, com secretários do governo, se a resposta continuar sendo: não temos dinheiro, a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite, podem ter certeza, senhores parlamentares, a partir de amanhã já teremos aí uma greve deflagrada.

E este movimento das mulheres, não se iludam não, não é somente um movimento delas, não, como já disse, é uma coisa já pré-estabelecida diante de todas as situações que ocorreram, diante de todos os momentos em que o governo assinou documentos e que testemunhei, quando estive nas assembléias, tanto no Palácio Iguaçu e nas entidades, aqui nesta Casa, no último movimento que elas fizeram aqui, que lotaram as galerias, nós mostramos os documentos assinados, desde a época que o senhor Giovani Gionédís era secretário da Fazenda. Depois, assinado pelo secretário José Tavares, depois assinado pelo secretário Alcení Guerra. Todo mundo assinou o documento, todo mundo assumiu compromisso com as classes policiais e, lamentavelmente, ninguém cumpriu.

Aí, chega num momento como este em que ninguém mais segura. E aí está o resultado, minha gente, hoje o Paraná está sitiado na Segurança Pública, as viaturas que estavam nas ruas já pararam, porque não têm combustível, os policiais viram as costas contra o seu comandante. E o que é que se vê? É o comandante da Polícia Militar dizer que há uma hierarquia e que tem que ser respeitada a disciplina e que esses policiais têm que ser punidos. Será que é só essa a linguagem que tem o governo? Será que é só desta maneira que se resolve o problema? Afinal de contas, estão trabalhando numa viatura, 2 policiais, um ganha 800 o outro ganha 400. Como é que pode continuar uma diferença salarial? É isso exatamente que pedem os policiais militares, isso que pedem as mulheres dos militares, que não agüentam mais essas coisas.

Concedo aparte ao Deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab

Estou ouvindo atentamente e gostaria de acrescentar. O motivo desta paralisação, hoje, digo paralisação porque a informação que tenho é que 80% da Polícia Militar não saiu dos quartéis. Então, nós temos um efetivo de apenas 20%, isso em se tratando de Curitiba. Não sei a informação de Maringá, de Londrina, mas sei de Curitiba.

Só um exemplo: o 13º batalhão da Polícia Militar, que é o batalhão que compreende a região Sul da cidade, quase 90% das tropas não saiu às ruas em virtude da paralisação.

Quero colocar aqui a minha opinião, porque sou testemunha disso. Nós dois testemunhamos isso. Então, para que fique bem claro isso, que fique gravado nos Anais desta Casa, Deputado Algaci Tulio, hoje nós temos essa paralisação da Polícia Militar, porque num passado bem recente uma autoridade do governo mentiu para eles.

Eu vi outro dia o Deputado Rafael Greca, que é secretário da Comunicação Social, dizer uma frase que vou remeter a ele agora. Ele disse o seguinte: “A mentira voa e a verdade caminha”. Pois a verdade caminha e estamos próximos de uma greve total na Polícia Militar. Porque lá atrás mentiram, infelizmente, para a Polícia Militar, quando falaram que iriam dar a reposição salarial, que alguns tinham conseguido na Justiça e outros não haviam conseguido e participei da reunião quando falaram para os policiais militares o seguinte: “nós vamos dar a reposição salarial, todos vocês ganharão, não haverá ganho diferente. Ou seja, o sargento ganhará igual ao sargento que ganhou na Justiça, aquele que não entrou na Justiça. Isso eu ouvi, o senhor ouviu, nós ouvimos.

Pois bem, passaram-se três anos e agora a verdade caminha mesmo, tanto que estamos com a greve da Polícia Militar. E eu gostaria mais, Deputado Algaci Tulio, de acrescentar ao depoimento. É inconcebível, porque a paralisação está aí, é inevitável. Em que pese falar que não há, porque há a paralisação. Hoje, os comerciantes da região do Tatuquara, logo cedo, às oito horas da manhã, já estavam se manifestando e fazendo protesto, na porta do Quartel do 13º Batalhão, pedindo segurança. Eles temem o saque, ou seja, aqueles arrastões que vemos pela televisão no Rio de Janeiro. estão apavorados, estão aflitos os comerciantes. E de repente me surpreendo, Deputado Algaci Tulio, quando vejo as autoridades do Governo, chegando já publicamente, antes de conversar, dizer que não tem como resolver a situação, porque não tem dinheiro.

Então, quero me somar ao seu pronunciamento e dizer que quando se quer fazer, a coisa acontece, e quando não se quer fazer, nada acontece. Agora, é bom deixar bem claro que esse movimento hoje é fruto primeiro da desigualdade social. E quero colocar aqui que a desigualdade social na Polícia Militar é muito grande. Hoje, um coronel da Polícia Militar recebe um salário de onze mil reais, enquanto que um soldado da Polícia Militar ganha seiscentos reais. Então, essa desigualdade daqueles poucos que ganham muito e daqueles muitos que ganham muito pouco, é que está levando a polícia a ficar aquartelada.

E vou mais longe, Deputado Algaci Tulio, há uma figura no Governo, hoje, que quero deixar aqui publicamente, não tenho nada contra a sua pessoa, mas apenas exemplificando, Deputado Algaci Tulio, que é Coronel Vieira. É um coronel reformado, aposentado, recebe o seu soldo como coronel da Polícia Militar, doze mil reais e recebe mais onze mil reais, que é o salário dele no Governo do Estado. Então, é o mais alto salário do Governo do Estado, hoje, o Coronel Vieira que indicou o novo comandante da Polícia Militar, o Coronel Foltran, que não tem culpa da paralisação, quero deixar bem claro, o Coronel Foltran, por sua vez não tem a autoridade de conter a tropa, não tem autoridade, porque sabem os homens da Polícia Militar que o Coronel Foltran sem-

pre foi um coronel de gabinete e não um coronel de rua. Então, essa é a situação, hoje, na Polícia Militar.

Na verdade, essa paralisação é apenas uma pequena amostra do que teremos pela frente, vem coisa pior se o governo não estabelecer um canal de negociação e mais, se o governo não parar de mentir para essa gente. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo mais um minuto para Vossa Excelência concluir o seu pronunciamento.

O SR. ALGACI TULIO

Obrigado!

Obrigado, Deputado Chab! Complementa meu pronunciamento. E quero, também, chamar atenção desta Casa.

Vejam que quinhentos e cinquenta e dois policiais militares, ganharam uma ação na Justiça, que sequer a Justiça pode analisar a questão de mérito. Não têm culpa esses militares, mas eles ganharam. Ganharam porque, não quero também aqui colocar dúvida nisso, mas acho uma coincidência muito grande o advogado que defendeu os quinhentos e cinquenta e dois policiais chamasse doutor Cid Campelo, o Procurador do Estado é seu filho.

E sabem o que aconteceu, senhores deputados? O Estado perdeu o prazo, o Estado tem que recorrer até a última instância e não recorreu. Quinhentos e cinquenta e dois policiais ganharam direito a uma reivindicação salarial e o restante de toda a classe policial não teve esse direito.

Então isso é grave, Deputado Caíto Quintana. Não quero acreditar que realmente tenha sido um descuido, mas na verdade houve uma omissão do Estado ao perder o prazo de uma ação, não ter recorrido e ter provocado a situação que temos hoje, aquilo que eu falei: em uma viatura da Polícia Militar o soldado ganha oitocentos, porque é um dos quinhentos e cinquenta e dois, o outro ganha quatrocentos, porque não teve evidentemente o mesmo tratamento.

Isso é muito sério, a atenção, senhor presidente, está chamada por essa tribuna desde ontem e está sendo chamada ao governo, através da ação dessas mulheres. Deus ilumine este governo e seus secretários!

Para que hoje à noite o senhor secretário Rafael Greca, mais preocupado em criticar esta Casa, senhor presidente, quando chama a CPI de uma Ópera Bufo, como mostramos ontem numa gravação da abertura da sessão da CPI, que o governo não vai ter preocupação de ouvir deputado, nem sequer de deputado gravado. Mas, está ouvindo falar do “grampo” que acontece no Palácio do Governo. Está ouvindo falar de uma ex-secretária que confirma que, além de ser “grampeada”, vem sendo ameaçada de morte. E em nenhum momento se viu o governo levantar a mão para defender esta secretária.

São os desmandos que lamentavelmente acontecem neste governo. E quem paga isso é a sociedade.

Quem paga isto é o povo do Paraná, que está à mercê da criminalidade, sem que o governo tome alguma providência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Moysés Leônidas.

Antes, pela ordem, com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Apenas quero registrar, com muita alegria e satisfação, a presença do ex-Deputado Luiz Henrique Bona Turra, nosso colega desta Casa, e que hoje é Procurador do Tesouro Nacional e que junto com os colegas do Ministério da Fazenda se fazem presentes no Plenário da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nos Anais desta Casa.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados, na mesma linha do Deputado Algaci Tulio, eu acho que a notícia ou o debate, hoje, no Paraná, é a questão da Segurança Pública.

Ouvi ontem um fita levada na CPI da Telefonia, que se fala do “grampo”, uma entrevista dada pelo Secretário Rafael Greca, numa emissora de rádio de Pato Branco, que o governador não gosta de ouvir deputado nem ao vivo, imagine se vai ouvir gravado.

Então, não vou falar aqui para o governador. Vou falar a Vossa Excelência, presidente, e vou deixar, pelo menos, gravado nos Anais da Casa. A questão de Londrina, em especial, já trazido aqui, daquele acontecimento das mulheres dos militares é ou foi a gota d'água para se explodir em todos estes questionamentos já feitos com relação à reivindicação dos policiais militares.

Agora, senhor presidente, estou falando com seriedade, preocupação e responsabilidade: as cenas que vi pela televisão, ontem, em todos os canais, inclusive Rede Globo, que é a mais forte, daquela atitude dos soldados militares que se levantaram e viraram, as costas para o comandante, lá do 5º Batalhão da Polícia Militar de Londrina, quer para mim ser uma triste cena de quem está governando. Por quê? Porque a polícia, de um modo geral, no Brasil, não goza de conceito. E uma das polícias mais respeitadas que temos no Brasil, é a Polícia Militar, exatamente por causa da farda, da identificação, do policial militar que mora no bairro e o vizinho conhece, do respeito e sobretudo, senhores deputados, da disciplina. E este ato de insubordinação, eu gostaria muito de ver como é que o governo vai punir este batalhão inteiro: se vai ser por turno, se vai ser por turma, se serão dez de uma vez, ou quinze, ou vinte. Porque o ato foi de insubordinação. E conforme está dizendo, aqui, na primeira página da Folha de Londrina, que traz na Folha do

Paraná, um varal feito pelas esposas dos policiais militares, denominado como “Varal da Indignação”.

Eu disse ontem aqui, que o secretário é mentiroso. E hoje, ouvimos, mais uma vez, o Deputado Algaci Tulio, que participou das negociações e que mentiram para a categoria. E com mentira, realmente, o governo não vai a lugar nenhum.

Então, eu queria deixar aqui a preocupação da parte que me toca, que é a parte de Londrina, e que hoje as mulheres entraram em contato comigo, estão vindo para cá, naquele desespero, novamente. E fazer até um apelo ao presidente: que nós não recebamos mais este povo aqui se não tivermos uma solução, porque traz para cá representantes das mulheres dos policiais militares, faz um discurso inflamado, todo mundo elogia, ela chora e depois a conta da luz, da água, do armazém, continua do mesmo jeito, porque o salário é parco e não tem como ser resolvido.

Então, senhor presidente, queria fazer coro a essa questão. Tomei conhecimento hoje, que nesta madrugada, o 190 da Polícia, aqui em Curitiba não trabalhou, paralisou-se todo o trabalho, ainda que tivemos em Curitiba, uma noite chuvosa, sem muitas ocorrências, mas que tivesse acontecido, nós não teríamos a quem recorrer, exatamente porque a polícia está dando o troco de tudo que tem recebido.

Acho que a fórmula de resolver a questão não cabe especificamente a quem não governa: quem governa, soluciona problemas. O governo deve ter uma solução para isso. E aqui não fique em forma de críticas, fica até em forma de preocupação, porque o Governo do Estado do Paraná, não está acostumado às reivindicações e aos levantamentos de questões.

Quando se faz um pronunciamento aqui, a primeira notícia é mandar embora quem está no escalão. Não tem ninguém no escalão, não tem ninguém para mandar embora. Eu tenho a preocupação, a responsabilidade. Então, não se fala mal de pessoas, se combate idéias. Nessa hora, acho que seria importante de o governo Jaime Lerner atender ao apelo que vi, do Presidente Hermas Brandão, que fez publicamente. Já fez, Deputado Algaci Tulio, quarenta dias, que o governador prometeu que iria fazer o remanejamento, iria mexer nas estruturas...

Senhor presidente, gostaria de usar o horário do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está autorizado, nobre deputado.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Vamos enxugar a máquina, vamos trocar secretários. Agora, fica tudo como antes! Ainda fazem ironia ou gozação! Se sou governador e pego um secretário meu dizendo que não gosta de ouvir deputado algum, nem gravado, meto na rua! Se sou governador e o meu Secretário de Segurança, vai à Londrina, onde o “barril de pólvora

vora está para explodir” e este chega lá com insensatez, com excesso de autoridade, displicente, e diz que o governo vai resolver, meto ele na rua!

Então, se é crise de autoridade, vamos ajudar o governador a tomar um ânimo, porque nós temos responsabilidade. Disse isso aqui há um ano, e corremos o risco de esta Assembléia passar vergonha nas eleições.

Vi em um jornal de Cascavel hoje, que não é do Formigheri, dizendo que a Assembléia Legislativa do Paraná, é a instituição de pior credibilidade que tem no Paraná. E nós fazemos parte. Ou somos um Poder ou temos que rasgar o diploma.

Agora a mim, só incumbe fazer esse desabafo. E não se trata aqui, de ser contra governo, de ter medo de retaliação. Quero repetir aqui o que disse o Deputado Alborghetti, nesses 20, 30 anos que acompanho a sua vida: “não fui desmamado com garapa, não tenho medo”.

Acho que tenho que ter responsabilidade, para amanhã ter credibilidade para poder dizer: “olha, enquanto pude, não fiz calar a minha voz”. Essa é uma preocupação que acho que devemos ter. Também não sou professor e nem quero ser; quero ser é responsável. Posso pagar pelo excesso, mas nunca pela omissão.

Concedo aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado Moysés Leônidas, muito obrigado pelo aparte.

Na realidade estou usando o aparte que Vossa Excelência está me concedendo para fazer três sugestões, e entre elas, uma ao presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O episódio que o deputado se reporta as declarações do Secretário das Comunicações, Deputado Rafael Greca, gostaria que o presidente da Assembléia Legislativa, tomasse as devidas providências no seguinte sentido: todos nós conhecemos o Deputado Rafael Greca, hoje Secretário de Comunicação do Governo do Estado.

A Assembléia Legislativa tem uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não interessa quem é o presidente, não interessa quem são os membros, tem o apoio do conjunto dos deputados e tem um fato concreto. Aconteceu um grampo telefônico na cidade, que foi objeto de inquérito policial, e oferecido uma denúncia de que teria espionagem de grampos por membros que trabalham no Palácio. Não foi o Deputado Tony Garcia, nem o Deputado Ângelo Vanhoni, nem o Deputado Moysés Leônidas, que inventaram essa situação.

Essas declarações estão na imprensa, um é soldado, outro é cabo, e o outro, é funcionário do gabinete do Governador, Gilberto Gonçalves. Vieram para a imprensa do Paraná inteiro e explicaram tanto o grampo comercial quanto as possibilidades de haver escuta ilegal por parte de membros do Palácio.

Ninguém está incriminando, nem o Senhor Gerson Guelmann, nem o Senhor Rafael Greca, e nem o Governador Jaime Lerner.

O que a Assembléia está fazendo, é apurado para ver se tem alguma responsabilidade nessas denúncias: é nosso dever.

Então o Rafael, Secretário de Comunicação, cometeu na realidade um desrespeito ao Poder Legislativo e à uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O secretário tem todo o direito de defender o Governo, mas não tem o direito de menosprezar e achincalhar uma instituição que é a Assembléia Legislativa e uma Comissão Parlamentar de Inquérito que têm pautado, pelo que tenho visto na imprensa, de uma forma tranqüila, sem buscar acusar ninguém e tentando apurar a responsabilidade do fato.

Queria manifestar de público o meu repúdio às declarações do Deputado Rafael Greca, e acho que a Assembléia Legislativa, para garantir a independência do nosso Poder em relação ao Poder Executivo, que o Presidente da Assembléia se reportasse ao Secretário de Comunicação, para que se retrate publicamente diante das afirmações proferidas na rádio lá de Pato Branco.

No que diz respeito ao problema da Polícia Militar, acho que duas atitudes nós teremos que tomar nesse momento.

O governo não sabe o que faz. O governo está com problemas. Num determinado momento, o secretário diz que vai dar aumento. Dois meses depois, diz que não vai dar aumento, não vai dar gratificação.

A corporação militar, além de padecer dos problemas de falta de salário, não sabe mais a quem recorrer.

Não sabe mais quem são seus interlocutores.

O Secretário de Segurança já constituiu 20 reuniões e não resolveu problema nenhum.

O Alcení Guerra, a mesma coisa.

Então acho que nós temos que fazer duas coisas:

Primeiro, os deputados da Assembléia têm que manifestar o seu apoio aos trabalhadores da área de segurança, aos policiais militares.

Estamos colocando uma moção de apoio às reivindicações justas em nome da Bancada do PT. Sugiro que o PT retire o carimbo da Bancada do PT e faça isso em nome de todos os deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que endossem e apóiem as justas reivindicações dos Oficiais, dos soldados, dos cabos, dos sargentos, da Polícia Militar.

Mais ainda, que a Assembléia Legislativa afirme ao Governo do Estado, que não aceita nenhuma punição aos trabalhadores da Segurança Pública no Estado do Paraná.

Que o Governo do Estado estabeleça o final deste processo através da negociação, que o comando da Polícia Militar, o Secretário da Segurança, não estão autorizados pela Assembléia Legislativa a proceder a nenhuma punição. Se até agora os soldados, cabos, sargentos, levaram a negociação com o governo, toda sua demanda neste momento de dificuldade para a corporação, que o Governo tenha no mínimo a paciência, a democracia e o diálogo, para resolver este problema.

Nós não vamos aceitar a punição de nenhum cabo, porque o governo assinou um documento no mês de outubro, prometendo salários para os soldados, sargentos, agora no mês de janeiro.

Por isso a Assembléia Legislativa tem o dever de, neste momento - se não pode garantir o aumento através de uma mensagem de lei, decreto legislativo, - que se solidarize à corporação, não permitindo nenhuma retaliação para os soldados, cabos e sargentos da nossa Polícia Militar.

Então são 3 medidas.

Uma, que o Presidente da Assembléia exija a reatuação do secretário de Comunicação.

Outra, que a Assembléia manifeste seu apoio político aos cabos, sargentos e soldados da Polícia Militar.

E a outra, que endereço um comunicado ao Governo do Estado, referendado pelos 54 deputados, que não aceita nenhuma punição aos soldados, cabos e sargentos que estão em um justo movimento reivindicatório, porque não foi o soldado que assinou o compromisso de aumento de salário no mês de outubro, para o mês de janeiro, foi o senhor José Tavares e foram os secretários.

Por isso podem não ter dinheiro para negociar, mas não vão punir os soldados, cabos e sargentos da nossa corporação. E espero que a Bancada que dá apoio ao Governo do Estado, entenda o problema de Estado, entenda o problema de Segurança como um problema dos paranaenses e não um problema político-partidário relativo ao Governo do Estado.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Agradeço ao Deputado Vanhoni e tenho muito medo de o nariz do Tavares começar a crescer, porque ele é um mentiroso. E o vi por diversas vezes faltar com este tipo de respeito, e quero aqui, senhor presidente, com a questão da segurança, deixar de público, feito o pedido: Tem que mudar o comandante da Polícia Militar em Londrina. O comandante, sim, não tem mais moral, não tem mais condição de mexer com seus comandados. E quero apoiar esta atitude de que não há que se punir ninguém, porque o que há de mais sagrado é a reivindicação pelo salário, pela condição de trabalho e essa foi a gota d'água no copo que transbordou, de não ter mais interlocutor para falar, e o que se apresenta, quase sempre falta com a verdade.

E quero também, senhor presidente, deixar aqui o mesmo apelo feito pelo Deputado Vanhoni - no mínimo o secretário de Comunicação a quem sempre respeitei e que hoje me decepcionou com suas posições, tem que se retratar porque o Paraná inteiro sabe que o governador realmente não gosta de falar com deputado.

Agora, o pior cego é aquele que não quer ver. Quem viver, verá o fim de tudo isto.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Gostaria de sugerir ao nosso líder de Partido, Deputado Algaci Tulio, que encaminhasse à Mesa, inclusive assinando junto com os demais Partidos, uma solicitação fácil, essa posição colocada no Plenário pelo Deputado Ângelo Vanhoni no sentido de impedir a punição de policiais militares que participaram dessa manifestação. Acho que este movimento deve ser suprapartidário, porque havia a promessa do Governo do Estado, de reajuste. Quem deixou de cumprir foi o governo.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Augustinho Zucchi, no Pequeno Expediente.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Acompanhei, quando da presença aqui das esposas dos militares do Paraná.

Naquela tribuna, se não me falha a memória, o Deputado Algaci Tulio procedia da seguinte forma: dizia ele, deputado Ricardo Chab, que, acompanhado de Vossa Excelência participava de um entendimento da Polícia Militar do Paraná, com o Governo do Estado.

E o Deputado Algaci numa força de expressão, mostrava lá os documentos assinados, senhor presidente, e num gesto do que aconteceu com esses documentos, os rasgava e jogava no chão, ali, naquela tribuna.

Eu não sei, imagino que seja difícil para o comando da Polícia Militar no Paraná hoje, a situação ocorrida em Londrina, quando em manchete nacional, Deputado Nereu Moura, ontem à noite se dava como um fato inédito no Brasil. Um comandante ao se dirigir a sua corporação, aos seus comandados cuja coluna vertebral e essência da Polícia Militar ou de qualquer polícia, ou seja, da Segurança desse País, é a disciplina, nós víamos lá, num ato que não é o pensamento de um policial só, não é, quem sabe algum policial menos avisado, intempestivo, que fazia um ato daquele é uma decisão - parece-me coletiva e momentânea da corporação, de virar as costas ao comando.

Do ponto de vista de hierarquia, imagino que os policiais feriram o Estatuto da Polícia Militar.

Quantas vezes aqui, senhor presidente, levantei questão de ordem, para Vossa Excelência e para o Deputado Elio Rusch, quando presidiam esta Casa, em algumas sessões, pedindo o seguinte: Já veio para cá o Plano de Cargos e Salários prometido para o dia 16, do mês passado.

É óbvio que, pela revolta evidenciada aqui, naquela senhora que ocupou a tribuna, sabíamos que a situação da Segurança Pública do Estado do Paraná, acabaria em dar no que deu.

Senhor presidente, há momentos de crítica, há momentos de trégua, há momentos de se chamar a atenção. Como disse o Deputado Moysés Leônidas, há motivos de preocupação.

Quero fazer uma reflexão com relação ao Governo do Estado. É a respeito de eu estar muitas vezes, participando da base de apoio do governo, apenas fazer a seguinte análise: um dia são os professores, que pelo Paraná inteiro há um retumbar da situação, também represada dos professores do Paraná. Outro dia, vêm para cá os agricultores da agricultura familiar. Dali a pouco, há uma situação com a segurança Pública do Estado. Dali a um pouco mais, há um problema com relação à prestação de contas.

Mais um pouquinho, há uma denúncia de que o Secretário do Meio Ambiente, deveria ter devolvido vinte milhões, segundo apurou o Tribunal de Contas do Paraná. Daqui a pouco, pipocam pelo Paraná inteiro manifestações, que não é possível nenhuma liderança segurar, que é com relação à venda da Copel, que é a gota d'água. A venda da Copel representa para a população do Paraná, que ela não quer mais ouvir falar em atos do governo, sobre os quais ela não esteja convencida. Daqui a pouco mais, somos tomados pelo grampo.

Admiro o Ministro Rafael Greca, que foi deputado nesta Casa - tive a oportunidade de presenciar aqui brilhantes pronunciamentos do nosso hoje secretário de Comunicação, Rafael Greca. É um homem culto, nasceu em berço privilegiado, tem uma cultura invejável e tem uma capacidade de fazer nas suas locuções, colocações que rebuscam a cultura do mundo inteiro.

Senhor presidente, digamos que a Comissão Parlamentar de Inquérito não fosse reconhecida por esta Casa. Digamos que o Deputado Tony Garcia fosse umpositor, como presidente, dessa CPI. Digamos que o secretário não concordasse absolutamente com nada do que está acontecendo na CPI - poderia ele discordar livremente da forma como a CPI está agindo, mas em Pato Branco, na minha cidade e do Deputado Hermas Brandão, uma cidade que tradicionalmente respeita a autoridade constituída e que apóia a todos, que tem profundas ligações com a história do nosso Paraná e tem a capacidade de discernimento, com aquilo que pode concordar ou não, e lá vai o secretário e nós surpreendidos por uma fita encaminhada ao presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, dizendo ele que a comissão é alvo de brincadeira, é uma comédia, que é isso, que é aquilo e mais do que isso, coloca na boca do governador, eu não acredito que o governador teria, em momento alguma, deixado transparecer ou autorizado o Secretário Rafael Greca dizer que o governador não gosta de ouvir deputados ao vivo, muito menos gravado. No momento que se faz isso, atinge a figura do deputado, que não é deputado Tony Garcia, que não é o Deputado Hermas Brandão, mas que é a figura do deputado, que não é achado por acaso, que não cai do céu, que não é eleito por sorteio, que não é escolhido por

uma comissão, é fruto direto da vontade popular, que é de mais legítimo, que não é nomeado para cargo algum!

Então me parece que há uma situação em que há um desencontro total e absoluto, dentro do governo! Eu acho, sim, que procede a colocação do Deputado Vanhoni. É preciso que esta colocação do Secretário Rafael Greca e não o combate pessoalmente, em absoluto, o admiro, pela sua forma inteligente de colocar as coisas, tenha feito uma colocação tão inoportuna como esta, tão desproposita, algo que realmente coloca como se aqui fosse um colégio e crianças que não soubessem o seu devido dever! Não é isso, em absoluto, nós precisamos ter o respeito que esta Casa merece! Os deputados que estão sentados ali, servem, sim, para provar, quem sabe, das medidas mais amargas determinadas pelo governo! Aí sim, os deputados são muito bem recebidos! A partir desse momento, deputado, não é questão de o governador gostar ou não gostar, o Poder Legislativo ultrapassa o gosto, a boa vontade, enfim a preferência de qualquer governante! É um Poder instituído, e como tal, deve ser respeitado, na sua essência, não pode e não deve, o Secretário de Estado, cometer tamanha desconsideração, na minha opinião, com esta Casa!

Concedo o aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Sabe por quê, Deputado Hermas? Porque a princípio, à primeira vista, eu escutei a fita ontem. À primeira vista a gente ri, porque nos conhecemos, todos nós estabelecemos relações, o Deputado Zucchi tem razão, eu também me relaciono pessoalmente com o Deputado Rafael Greca, também o admiro, todos nós nos conhecemos.

Mas, imaginemos, Deputado Hermas Brandão, se fosse uma CPI, com uma natureza qualquer, instituída no Congresso Nacional, e o ministro do Fernando Henrique Cardoso fizesse uma consideração à CPI com os mesmos termos jocosos que foram feitos, ou tentando desqualificar o presidente daquela CPI, instalada no Congresso Nacional. Não tenha dúvida, o presidente da Câmara dos Deputados, ligado ao presidente Fernando Henrique Cardoso, iria exigir retratação imediata, deste ministro. Quando não muito, até solicitar medidas mais drásticas, mais enérgicas. O próprio presidente estaria constrangido com este tipo de coisa!

Então o Secretário de Comunicação perde o senso da realidade quando faz este tipo de declaração pública achando que nós podemos nos apequenar e levar isso apenas na brincadeira, na gozação, no tom jocoso. Se nós fizermos isso, se nós aceitarmos, estaremos permitindo que os membros da CPI, o Tony Garcia, ou qualquer um de nós, seja ridicularizado. Na realidade se trata de algo maior, se trata daquilo que a população espera, que a Assembléia tenha a sua independência, que os políticos sejam respeitados, do ponto de vista daquilo que têm mais sagrado, na sua atuação, que é a representação popular.

Então o secretário não contribui para o avanço, para a melhoria do clima político, na sociedade; tenta deslegitimar um trabalho, o Tony Garcia é do PPB, não tem nada a ver do ponto de vista programático com o meu partido, que é o PT, somos adversários! Esteve, na prefeitura, apoiando agora o candidato do PFL, somos adversários, aqui na Assembléia durante anos, vamos ser, talvez, nos próximos 10 anos.

Não é isso que está em jogo, e sim, a legitimidade de um Poder, que é um Poder que vem da população e que exige que nós tenhamos decência na conduta que a gente tem que defender as nossas instituições. E o senhor Secretário Rafael Greca, infelizmente Vossa Excelência tem toda razão, passou dos limites. Por isso, a Assembléia Legislativa não pode deixar esta situação da forma como está.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Agradeço o aparte do Deputado Vanhoni, e gostaria de concluir da seguinte forma, Deputado Hermas Brandão. Eu sei que Vossa Excelência em nome desta Casa, vai tomar providências nesse sentido, não é uma afronta ao secretário, não é nenhum desmerecimento na sua condição de Secretário de Estado, em absoluto, apenas em respeito a este Poder Legislativo.

Agora, para encerrar, senhor presidente, o Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar a uma ação do Ministério Público Federal com relação às privatizações das empresas estatais de energia do nosso País.

O povo do Paraná elegeu o Governador Jaime Lerner como o seu governador, o comandante, acho que é um momento de apelo, como fez aqui o Deputado Waldyr Pugliesi ontem, que foi ameno no seu pronunciamento. É um apelo que nós devemos fazer ao governador. Acho que ele deveria reunir as lideranças políticas do nosso Estado, dos partidos diferenciados do nosso Estado, as lideranças empresariais, e para começar a colocar o Estado de novo nos trilhos, para que a sua autoridade não seja atingida, me parece que o apelo que nós deveríamos fazer suprapartidariamente, é que o governador numa atitude paranista pudesse recuperar um pouco do tempo pedido através de uma medida primeira e esperada pela população do Paraná, reunir a população através das suas lideranças e dizer à população que está suspendendo a venda da Copel. Acho que seria o primeiro passo para termos uma trégua na política do Paraná, para termos um bom fim desse governo, para termos a possibilidade de que o governo chegue realmente com as suas propostas até o final do seu mandato.

Acho que fica este apelo, é hora de o governador retomar sua autoridade enquanto comandante do Estado do Paraná, acho que esta seria a primeira ação reconhecida pela sociedade do Paraná e com certeza absoluta elogiada pelo Brasil nesse momento, etc.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo até aos senhores parlamentares, nossos caríssimos deputados, em relação a esta declaração, entrevista do Deputado Rafael Greca. Esta Presidência tomou as seguintes providências. Estamos solicitando oficialmente à Rádio Itapuã, de Pato Branco, a cópia das declarações do Secretário Rafael Greca. Está encaminhando um ofício ao Governador do Estado repudiando totalmente as declarações do Secretário de Comunicação. Esta é a medida que a Casa está tomando neste momento, se achar necessário tomar novas medidas com certeza tomará em defesa do Parlamento e dos senhores deputados.

Com a palavra o senhor Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor presidente, senhores parlamentares, estou mais uma vez subindo a esta tribuna para trazer os devidos esclarecimentos e trazer a plena verdade nesta Casa porque é desta forma que nós constituímos, organizamos uma sociedade que deseja evoluiu e crescer.

O Livro do Apocalipse que está na mesa do plenário, há uma citação do capítulo 21, versículos 7, 8; “não há lugar no céu para covardes”. Portanto, não faz parte do meu perfil, não faz parte da minha característica me acovardar em momento nenhum, custe o que custar.

Por isso, senhor presidente, quero deixar aqui algumas questões que considero da maior importância. O fato de não ser covarde também é ser corajoso, em algumas ocasiões ter que retroceder, quando perceber que errei.

Sempre entendo que o pecado não está no errar; é insistir no erro. Muitas pessoas pensam que eu tenho algum medo, algum receio, e esta não é a minha característica.

Quero aqui informar apenas a questão da verdade, que na ocasião do debate acalorado de ontem, dois fatos se desvirtuaram:

1º - O fato de ter saído do meu local, para me aproximar do companheiro que estava usando a tribuna foi porque o meu microfone foi cortado e, queria dialogar frente a frente com ele, para que ele não caracterizasse que tivesse faltado com o decoro parlamentar.

Quero nesta ocasião continuar defendendo o meu posicionamento.

Quero nesse momento perguntar aos companheiros desta Casa, já estou com as notas taquigráficas aqui. Em que momento, é isso que estou tentando entender, eu falei com o decoro parlamentar?

2º - Tentativas de me intimidar não existem;

3º - O fato de ter saído foi exatamente para acalmar o debate acalorado, jamais com medo. Saí e pedi que os companheiros Durval Amaral e o Cesar Seleme saíssem. Eu não fui retirado aqui da Casa, e nem pediram que eu saísse. Saí exatamente para acalmar o debate acalorado na ocasião.

Não tenho receio de nada, ninguém me intimida e não vão querer colocar palavras na minha boca, que eu jamais citei.

Até na ocasião, imaginando que no calor do debate pudesse ter ferido algum companheiro, procurei as notas taquigráficas. Porque uma parte da imprensa diz que provoqueei xingamento. Mas, o que eu vejo aqui, é que houve realmente xingamento mas de forma unilateral. Porque fui chamado de cara-de-pau, fui chamado de palhaço e vocês perceberam nas notas que eu apenas pedi que me respeitassem.

Agora, quem é que está faltando com o decoro nesta Casa?

Estou aqui para defender a minha postura, não vim aqui para defender os meus interesses particulares e nem ficar preocupado com aplausos ou vaias de platéias. Tenho compromisso com a geração futura, com os meus filhos, com os meus netos.

Então, mais uma vez, deixo aqui a minha posição. Se houve falta de decoro e quebra de regimento foi de uma platéia organizada por alguém que veio aqui me vaiar. Eu fui vaiado primeiro, senhor presidente, e se houve quebra do regimento desta Casa foi por parte de uma platéia que não poderia se postar da maneira como colocou.

Na ocasião, estão aqui nas notas taquigráficas, argumentei, só há duas razões, para a platéia me vaiar: - “ou possa estar constituída de alguns gays”, que eu não sou contra. Estou tentando explicar aqui que não sou contra gay. Sou contra colocar na Constituição uma lei de exceção, e mais uma vez tentam descaracterizar, desvirtuar o meu discurso, mas vou insistir tantas quantas vezes precisar trazer os esclarecimentos.

Senhor presidente, quero colocar aqui uma “pá de cal” nesta questão, mas jamais retroceder com relação ao meu posicionamento, de que fui colocado aqui por um segmento de católicos, evangélicos, milhões que não aceitam a aprovação do casamento gay, sobre os perigos dos efeitos colaterais.

Sei que uma lei como esta, aprovada, permitirá a adoção de crianças, a confusão que isso vai causar. Uma lei como esta trará dificuldades aos padres e pastores, que se não casarem os gays terão problemas com a Justiça, com processos. Então, por causa desses efeitos colaterais é que me posto totalmente contra a legislação da chamada união civil, que acaba com essa lei se tornando um símbolo, como se o casamento gay fosse uma realidade e trazendo sérias consequências, legitimando aquilo que consideramos uma excessão.

Por isso, fica aqui minha posição. Não fui retirado do Plenário e Vossa Excelência sabe disso. Saí pedindo ao Durval e ao Seleme que me acompanhassem para evitar os discursos acalorados em que estavam. E se fui próximo do orador, não fui para agredí-lo, fui para tentar explicar-lhe mais uma vez, - porque meu microfone fora cortado, de que a sua posição estava sendo injusta para comigo. No entanto, coloco uma “pá de cal” na questão,

mas fica aqui a minha posição: sou 100% contra a aprovação do casamento gay.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados. Temos dois assuntos importantes para testemunharmos a esta Casa que alguma coisa no Governo do Estado deve ser feita. A primeira delas é com referência a nós todos, a este Poder Legislativo, onde nós, infelizmente, somos colocados em um patamar no qual nenhum de nós deseja e muito menos aqueles que confiaram em nós e aqueles que votaram em nossas pessoas e nos deram a condição de representá-los nesta Casa.

A família do Paraná toda está estarecida com os fatos que acontecem no dia-a-dia nos procedimentos do Governo do Estado do Paraná e, principalmente, dos seus principais assessores.

Ouçam, senhores deputados, platéia que aqui se encontra, senhores jornalistas, - são palavras que oficialmente virão a esta Casa por requisição de Sua Excelência o Presidente, Deputado Hermas Brandão. Temos em mãos a cópia daquilo que é desrespeito a esta Casa e que é uma norma pela qual o governo não deve continuar indo na direção totalmente errada, direção na qual não se encontra razão da família paranaense:

(Lê)

“Jornalista: O governo está enfrentando a situação dos grampos em CPI...?”

Secretário Rafael Greca: - Ah, isso é tão antigo. Margarita quando ouviu falar essa história de grampo... que barbaridade! Os “bobs” das mulheres já são de velcro, não são? Essa é uma comédia bufa comandada pelo Deputado Tony Garcia, que humilha a inteligência dos paranaenses. A Central Telefônica do Comitê do PFL, tristemente analógica, porque arcaica, foi transformada num fabuloso aparelho capaz de gravar 5 mil ligações ao mesmo tempo. Na sala de telefonia do Palácio Iguaçu no 4º andar, acho que tinham algum aparelho para rastrear se não havia gravadores nos telefones do Palácio. Foi transformada numa sala de grampos. Se nós fôssemos tudo isso íamos entrar para o cinema. Íamos passar a fazer filmes melhores que os da Agatha Christie. Nós não somos tudo isto, nós somos calmos, felizes, e o Jaime Lerner não tem paciência de ouvir os deputados ao vivo não vai ouvi-los gravados!”

Vejam, os senhores, que falta, realmente, alguma coisa na fita, que requisitada por este Poder, virá às mãos, principalmente do nosso Corregedor Caíto Quintana, da Mesa Executiva que, representa todos nós. Mas quero me referir, especificamente, à Comissão presidida pelo Deputado Tony Garcia onde tem o relator o Deputado Algaci Tulio e os seus membros, que já ontem fizeram

uma nota de repúdio votada pelos parlamentares que respeitam os seus mandatos, que têm dignidade nas ações que praticam na direção pela qual se encontra a razão. E àqueles que não votaram pela respeitabilidade deste Poder, pergunto, por que não votaram? Se eu ali estivesse, com toda força que tenho, com toda consciência que possuo, estaria votando na nota de repúdio daquela Comissão, porque está desrespeitando este Poder.

Nobres Deputados Algaci Tulio, Tony Garcia e membros da CPI, o apoio total desta Casa, onde realmente vamos encontrar a razão não de acusação, mas a razão dos fatos e das provas que estão sendo apresentadas e os fatos e testemunhos que estão sendo dirigidos espontaneamente para clarear a posição? Ninguém acusou quem quer que seja, mas no final o relator desta Comissão, Deputado Algaci Tulio, irá apresentar a esta Casa e ao Paraná a clarividência, a transparência dos fatos relacionados ao grampo.

Quero me somar à Mesa Executiva desta Casa, onde solicita a fita original desta cópia que nós aqui divulgamos para que não fique dúvida. Se alguém está brincando com este Paraná, se alguém está fazendo teatro com esse Paraná é o Palácio Iguaçu e alguns dos seus principais representantes. Esta Comissão é séria, os deputados que ali estão são sérios e esta Mesa Executiva e este Poder têm que ser respeitados. Se alguém com uma inteligência, que se supõe maior do que Deus, não pode criticar membros da Comissão, porque já tem a sua posição definida do lado do governo, nós, nunca, o Poder Legislativo nunca se inseriu dentro do Poder Executivo! Nós apontamos falhas, apontamos defeitos, apresentamos soluções com o deputado Hermas Brandão naquilo que não poderia o Secretário de Comunicação deste Estado ter pronunciado lá em Pato Branco.

Concedo aparte ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Zuk, quero também me somar à indignação de Vossa Excelência, como dos demais companheiros que me antecederam, e dizer que o senhor Rafael Greca é um falastrão, risonho, mais conhecido como Rafael Greca “Nau Capitânia Bingo” de Macedo. E tem sido infeliz em várias ocasiões.

Lembro que certa vez ao discordar do nosso grande companheiro Leonel Brizola, o Rafael Greca ofendeu todos os gaúchos, dizendo que gaúcho usava lenço para esconder o papo. Naquele momento me lembro, apresentei e foi aprovado aqui, na Assembléia um voto de repúdio ao Rafael Greca, em sinal de protesto à ofensa proferida ao povo gaúcho, que foi de uma contribuição valiosa ao Estado do Paraná.

E, além disso, em várias ocasiões ele tem sido infeliz, e agora resultando nesta, o que na verdade desacredita este Poder, no momento em que ele atinge em cheio a Assembléia Legislativa e quando ele macula a CPI, mancha a Assembléia Legislativa, o Poder Legislativo.

Por isso Deputado Zuk, quero me somar à indignação de Vossa Excelência, já fiz isso ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia, porque sou membro dela e quero reforçar agora, que, infelizmente, além de ter feito feio em Brasília, ter manchado o nome do Paraná, com as suas aventuras desastrosas no Ministério do Esporte e Turismo, com a Nau Capitânia, com os bingos e por aí afora, vem agora manchar o Paraná no cargo expressivo de Secretário da Comunicação do Governo do Estado. O nosso repúdio a este homem que tanta infelicidade tem causado, junto com o seu governador, ao Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço ao aparte do Deputado Nereu Moura e concedo aparte ao Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Apenas para fazer um reparo no aparte feito pelo Deputado Nereu Moura, que esta CPI da Telefonia, foi uma daquelas cinco CPI's que foram colocadas pela Casa Civil, aqui na Assembléia.

Não foi criada pela Assembléia, ela veio a pedido da Casa Civil e seria uma daquelas que impediria a seqüência da CPI do Pedágio e dos Jogos da Natureza.

Portanto, a CPI criada lá na Casa Civil é a CPI que o Deputado Rafael Greca de Macedo taxa de CPI da "Ópera Bufo", quer dizer, saiu então através da vontade do Palácio e não desta Casa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte do deputado e encerro, senhor presidente, dizendo o seguinte: a Polícia Militar do Paraná está de luto. Quando na véspera da comemoração do seu patrono maior, que é o exemplo daquela corporação, que é Coronel Sarmiento, que amanhã se comemora o dia de seu patrono, vemos a infelicidade deste governo no campo da segurança, aonde não atende e ainda tenta penalizar aquilo que não foi dado em um compromisso assumido pelo Palácio Iguazu. Como também senhores deputados, a Polícia Civil, que tem aqui nesta Casa, uma nova lei a ser votada, um novo complemento a ser aceito, mas que tivemos, através do sindicato que representa os delegados, que representa os escrivães, os investigadores e toda a família da Polícia Civil, que nos empresta meios pelos quais aquela lei pode ser corrigida, porque não vai de encontro à família da Polícia Civil do Paraná. Erra o governo, mais uma vez, quando não consultou escrivão, quando não consultou investigador e quando passou por cima, como habitualmente faz, dos interesses não só dos funcionários públicos da área de segurança, mas dos funcionários da educação, dos homens do DER, do funcionalismo de um modo geral, como passa por cima também dos interesses da família do Paraná e tenta agora infelizmente, passar por cima deste Poder Legislativo, fazendo com que o governo não escute deputados. Pois é mentira do governo, o governo quando precisa, está alí de joelhos,

na Presidência desta Casa pedindo ao líder do Governo, junto com o presidente, para não deixarem passar determinada matéria, porque vai se tornar, nas palavras dele, ingovernável o Paraná. E quando a Oposição quer mostrar a verdade, aqui, vem eles de joelhos, do outro lado da rua, chegam aqui e escutam os deputados. Vão na base governista e fazem os atendimentos que nunca prestam àqueles que lhe emprestam a solidariedade dentro desta Casa com o seu voto favorável.

Mentira do governo!

Ele escuta deputado quando lhe convém: quando não convém não escuta. Parece-me que pensa que esta Casa, e principalmente a base governista é como aquele produto que, quando é útil, é utilizável, quando não é mais útil é descartável.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Grande Expediente, conforme o requerimento aprovado no último dia oito de maio, de autoria do Deputado Durval Amaral, que a Assembléia Legislativa convidaria para uma Sessão desta Casa o empresário Roberto Fregonese, e com base nesse requerimento, hoje então abre-se o Grande Expediente, para que esse empresário possa transmitir a sua mensagem.

Antes porém, passamos a palavra ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Excelentíssimo Senhor Presidente, em primeiro lugar quero agradecer a atenção dos senhores deputados por aprovarem o requerimento convidando o Doutor Roberto Fregonese, que é presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Derivados de Petróleo e Lojas de Conveniências do Estado do Paraná.

Rapidamente, dizer que a Comissão Parlamentar de Inquérito, por mim presidida e relatada pelo Deputado Tony Garcia, que contou com a presença de inúmeros deputados, teve no sindicato um grande parceiro. Inúmeras foram as denúncias, as dificuldades que ao longo dos anos o sindicato enfrentou, e estimulados que fomos, pelo Sindicato, fomos em busca de tentar dar a contribuição do Parlamento do Estado do Paraná para sanear, parcialmente pelo menos, o setor.

Para nós, doutor Roberto Fregonese, é uma satisfação recebê-lo nesta Casa. E, depois, quando da votação, vamos encaminhar, só chamando a atenção, um pouco, dos senhores deputados, ao afirmar que isto que está aqui foi encaminhado ao Ministério Público. Foram 167 empresas investigadas pela CPI dos Combustíveis e cada uma destas pastas se refere a empresas que praticavam, ou adulteração de combustível, ou sonegação fiscal, ou "dumping". Toda a documentação, os deputados que quiserem ter acesso, será disponibilizado, neste momento. É ampla e farta a documentação. Materialidade. E levamos ao Procurador Geral da Justiça. Os promotores ficaram ao lado, inclusive, do doutor Roberto Fregonese, impressio-

nados com o nível de detalhamento e de informações que estão contidas neste anexo. Logo mais, vamos expor mais sobre estas questões.

Agradeço desde já, ao Doutor Roberto Fregonese, grande parceiro em busca da verdade, que a CPI lutou incansavelmente para trazer à luz todas as irregularidades, denunciar. E tenho certeza que seu pronunciamento, nesta tarde, será de muita importância para o Parlamento do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Queremos comunicar aos senhores deputados que o Senhor Roberto Fregonese fará sua exposição num período de quinze minutos, aproximadamente. E como o Grande Expediente é de trinta minutos, teremos mais quinze, onde ele poderá ser questionado, se alguns deputados quiserem fazer alguma pergunta e se o Senhor Fregonese se dispuser a responder, a Assembléia Legislativa ficaria grata.

O SR. ROBERTO FREGONESE

Com certeza, senhor presidente.

Senhor presidente, senhores deputados, companheiros de sindicato aqui presentes; membros da imprensa.

É uma satisfação vir a esta Casa, justamente para colocar algumas situações com relação ao meu segmento, o dos combustíveis.

Nós, dentro do Estado do Paraná, representamos 2.400 empresas, onde empregamos diretamente 32.500 funcionários. E somos responsáveis pela arrecadação de ICMS em torno de, nada mais, nada menos do que 26% do PIB do Estado do Paraná.

Em função exatamente desta situação, vínhamos incansavelmente fazendo denúncias ao Governo do Estado, à Secretaria da Fazenda, à Secretaria da Receita Federal, à Agência Nacional de Petróleo, ao Procon, exatamente pelas irregularidades que nos chegavam ao conhecimento, em função da questão da sonegação, adulteração e do próprio “dumping”.

Nós batíamos nestas portas e muitas vezes nos davam tapinhas nas costas, dizendo que iriam apurar, e isto acabava não acontecendo.

Um dia, nós batemos justamente às portas desta Casa. E esta Casa ouviu o nosso clamor, de que a sociedade deveria ser definida. E definida de uma forma muito mais contundente daquilo que nós mesmos desejávamos. E tivemos a felicidade de ter aqui, instalada uma CPI, que no primeiro momento, foi chamada inclusive de “CPI Laranja”. E creio que “laranja” ficaram aqueles que não acreditaram no trabalho que os deputados da Assembléia Legislativa do Paraná, desenvolveram em prol da sociedade.

Nós temos um agradecimento muito especial ao então Deputado Nelson Justus, que era presidente desta Casa, que no dia 13 de abril de 2000, instalou a CPI dos

Combustíveis. E tivemos a grata satisfação de ter como presidente dessa Comissão, o nosso Deputado Durval Amaral, que destemidamente levou os trabalhos em uma condição muito favorável.

Também gostaria de agradecer, ao vice-presidente dessa Comissão, Deputado Neivo Beraldin, ao nosso relator Deputado Tony Garcia, ao Deputado Ademar Luiz Traiano, Deputados Beto Richa, Sérgio Spada, Albanor Gomes, Nelson Garcia, Edno Guimarães, Miltinho Pupio e Hidekazu Takayama. esses foram os membros dessa Comissão.

Durante o ano que essa Comissão atuou dentro do nosso segmento, nós tivemos aí algumas situações colocadas e materializadas justamente por essa CPI. Nós tivemos 50 depoentes, dos quais foram investigados e tiveram 34 delas que acabaram sendo registradas e apuradas. Tivemos 28 apreensões de caminhões de 15 empresas, sendo apreendidos com os solventes que eram misturados aos combustíveis. Tivemos auditadas 140 empresas, das quais em 46%, se registraram irregularidades, sendo elas, 29 distribuidoras de petróleo, 24 postos de gasolina, 04 indústrias químicas e 08 usinas de álcool.

Isso rendeu aos cofres públicos, nada mais nada menos do que 25,6 milhões de reais de ICMS sonogados, que acabaram voltando aos cofres públicos. E isso representou uma arrecadação, na ordem de 43 milhões de reais que foi justamente o trabalho desta Casa.

Adulteração: nós tivemos laudos do Tecpar, do IPT, da Agência Nacional de Petróleo, do próprio Procon, que confirmaram casos de adulteração em 25 empresas investigadas. E foram feitas 31 autuações. E esses casos já estão sendo apurados pela Promotoria de Defesa do Consumidor e também pela própria Agência de Petróleo.

A CPI também constatou, a outra prática que vínhamos denunciando, estamos denunciando de forma muito aberta, que é a questão do “dumping”. Hoje mesmo, quando não existe a CPI dos Combustíveis, vemos isso, flagrante em alguns locais e a possibilidade, inclusive, de instalar aqui, na Capital, justamente na prática do “dumping”.

Só para conhecimento dos senhores deputados, o álcool hoje é vendido nas usinas, sem a tributação, na ordem de mais ou menos, 0,54 centavos. Se nós colocarmos o ICMS, o PIS e o Cofins, nós vamos chegar ao álcool a uma questão, de mais ou menos, 0,80 ou 0,81 centavos por litro para companhia distribuidora.

E nós temos álcool sendo vendido no Paraná, de forma abundante, por 0,62 centavos. Isso é um claro indicio que existe ali sonegação fiscal. Não exageraria se dissesse que hoje, cerca de 50% do álcool comercializado no Estado do Paraná, tem indícios de sonegação fiscal. Aquilo que deveria ser sanado pela Receita Estadual, em função justamente do álcool, infelizmente ainda não está sendo feito porque a quantidade ainda de álcool sonogado dentro do Estado do Paraná, é uma coisa bastante grande. E não podemos conviver com isso, até por que aquele consumidor, não o consumidor de álcool, mas aquele

consumidor que não usa o álcool, paga essa conta e o faz porque esse tributo não vem para ser redistribuído em forma de serviços e bens.

Cinquenta e cinco empresas foram também investigadas e apresentaram irregularidades: estão sendo motivo de autuação e investigação por parte da Agência Nacional de Petróleo.

No relatório final que foi entregue no dia 27 de abril último, justamente passado ao procurador geral de Justiça, tivemos aí uma surpresa muito agradável, em função exatamente da receptividade do relatório, em função até do trabalho desta Casa, que é da materialização de todos os fatos que ali estavam contidos. E digo mais, esse relatório final está sendo objeto inclusive de apreciação em outros Estados do País, que também fizeram, estão compondo suas CPI's dos Combustíveis, até em função daquilo que foi feito pela Assembléia Legislativa do Paraná.

Por isso quero parabenizar todos os deputados desta Casa, justamente por este trabalho, pela seriedade, pela materialização daquilo que foi feito exatamente em função disso.

Gostaria de agradecer também a uma pessoa que trabalhou de forma estimável, a Ana, que foi secretária da CPI e que nunca se poupou de nos dar todas as informações e receber nossas denúncias, quando vínhamos e trazíamos a esta comissão.

Acho, particularmente como cidadão, como líder de uma categoria bastante expressiva, que resgato a minha cidadania nesta Casa exatamente quando vejo o trabalho sério que ela pode praticar.

Realmente fico muito agradecido aos deputados, a todas as pessoas que se envolveram nesse trabalho, e tenho certeza que vamos cada vez mais tentar levar às autoridades, e porque não a esta Casa, todas as nossas denúncias e reivindicações.

Tenho um pedido a fazer a esta Casa: tivemos, no começo do ano, quando se estava pensando na finalização dessa CPI, junto com alguns diretores do Sindicato, na presença do Deputado Hermas Brandão, presidente desta Casa, junto com os Deputados Durval e Tony Garcia, solicitando que não se acabasse com a CPI dos Combustíveis, porque sabíamos que, no momento que se anunciava o final dessa CPI, teríamos de volta todas aquelas mazelas que tinham sido investigadas por esta mesma CPI.

E não erramos quanto ao conceito desta situação, porque todas aquelas que foram investigadas, hoje retornam de forma muito mais abundante, até com a certeza de uma certa impunidade por parte daqueles que a praticam.

Naquele momento se aventou a possibilidade de se montar uma Comissão Permanente de Investigação dos Combustíveis. E também se aventou a possibilidade de se voltar com uma nova CPI dos Combustíveis em função das denúncias que estão sendo colocadas, de fatos novos que estão surgindo.

Estamos tendo, dentro do Estado do Paraná, alguns fatos que começam a nos assustar, que é o contrabando de combustíveis de forma flagrante, feito pela fronteira de Foz do Iguaçu, pela fronteira de Quedas do Iguaçu, temos também produto que vem como aromático, que vem com outro detalhe, mas que na verdade não é nada mais nada menos do que solvente ou nafta que acaba chegando pelo Porto de Paranaguá, e quero pensar que existe ali, ou a negligência do Poder Público, principalmente da situação alfandegária que não tem registrado e não tem verificado exatamente que tipo de produto é aquele que está sendo oriundo de outros países e tem vindo de forma contundente.

Devo ter nos próximos dias alguns documentos que vou apresentar a esta Casa, justamente provando esta denúncia que estou fazendo aqui agora. Isto preocupa, porque a partir do dia 1º de janeiro do ano de 2002 teremos aberta, em função da desregulamentação que está sendo feita, da importação dos derivados, e com esta importação, aumenta muito mais a nossa vulnerabilidade de ter justamente uma grande questão de contrabando de produtos vindo aos tanques dos nossos veículos. Isto prejudica o consumidor, prejudica o Estado, prejudica praticamente toda a sociedade e tenho certeza absoluta que com a ajuda desta Casa vamos debelar esta situação e ter aqui resolvidos os nossos problemas.

Mais uma vez me sinto gratificado por poder estar aqui hoje falando com vocês, colocando justamente o agradecimento do meu setor pelo trabalho desenvolvido por esta Casa, e gostaria de me colocar à disposição de qualquer deputado, de qualquer autoridade justamente em função dos trabalhos que foram aqui desenvolvidos.

Agradeço a oportunidade e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deixamos a palavra livre, se algum deputado quiser fazer alguma pergunta. Só gostaríamos que fossem objetivos nas suas indagações.

O SR. TONY GARCIA

Gostaria de agradecer as palavras do nosso amigo Roberto Fregonese. Acho que a sua ajuda foi fundamental para a finalidade a que se propôs esta Comissão e só poderíamos ter feito este trabalho com a sua ajuda e de vários outros colegas, não só daqui, como de outros Estados também.

Ficamos lisonjeados com suas palavras. O Ministério Público acompanhou, o senhor acompanhou de perto e neste momento deixo claro a esta Casa e a todo o Paraná que as CPI's como Vossa Senhoria bem disse no começo, que eram chamadas de laranja, provamos que uma CPI nesta Casa não acaba em pizza se tivermos a responsabilidade e até o trabalho sério de autoridades envolvidas no setor.

Só temos a agradecer a sua participação, do Ministério Público, todos os membros da CPI, os funcionários desta Casa que ficaram conosco até altas horas da noite e

até em diligências aqui, fora desta Casa e fora também da nossa cidade e foi a contento. Ficamos satisfeitos.

Não ficamos com uma coisa só: que não pudemos dar continuidade a esta CPI até por questões de prazos regimentais nesta Casa.

E quero deixar claro ao meu amigo Fregonese que deixamos proposto no relatório final que se fizesse imediatamente, assim que vagasse, uma outra CPI dos Combustíveis, com os mesmos fins, para continuarmos o nosso trabalho que, acredito, demos a resposta à sociedade e poderemos dar muito mais, quando tem agora, por sua parte, a revelação de que há também contrabando entrando por Foz do Iguaçu e acho que isto é preocupante também porque atinge de maneira vil os nossos comerciantes que estão aqui na labuta, trabalhando sério há muito tempo no nosso Paraná. Acredito que na primeira oportunidade, vagando uma CPI, com certeza, entraremos de novo com a CPI dos combustíveis para darmos continuidade a um trabalho que já, pelo menos de pronto, surtiu efeito em quase 90% de todo o Estado.

Agradeço as suas palavras e agradeço a sua colaboração.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, gostaria de fazer até uma questão de ordem, registrar neste momento que está presente o Fregonese, do Sindicato dos Combustíveis, dizer que não podemos - e eu, particularmente - não posso aceitar o posicionamento inicial de sua pessoa, onde citou que tarjamos ou rotulamos as CPI's de laranja. O objetivo, quando protestamos contra essas cinco CPI's, foi a forma que elas foram geradas, foram concebidas, impedindo a implantação de CPI's de grande importância onde foram desviados recursos públicos do Governo do Estado. Ninguém aqui quis fazer, naquele momento, qualquer menção quanto a postura e ao comportamento dos deputados e ninguém quis antecipar os resultados. Não dá e nem deve o Fregonese vir aqui nesta Casa, afrontar os deputados, dizendo que aqueles que se posicionaram ou citaram as CPI's como "laranjas", viraram "laranja". É um protesto que faço.

A questão de adulteração, especialmente, se faz necessária permanentemente. Não é a CPI que vai impedir que o consumidor continue sendo lesado. Porque esse é um trabalho de rotina, que deve ser feito constantemente, independente de CPI. E a CPI nem precisaria fazer isso, porque os órgãos envolvidos, sejam eles a Agência Nacional de Petróleo, ou a Tecpar ou seja quem for, deveriam ter um controle simples. Quando você chega em uma bomba e coloca uma amostra rotineira, de surpresa e faz uma análise e o posto de combustível está adulterando, você aplica uma autuação, a segunda, e na terceira, lacra o posto. Não precisaria todo esse trabalho, bloqueando caminhões carregados com produtos irregulares, se você tem a bomba de combustível para fazer a análise. Essa questão de adulteração é muito simples.

Eu queria saber de Fregonese, qual é a ação efetiva que o sindicato tem para o posto ou se tem pelo menos solicitado à Agência Nacional e aos órgãos fiscalizadores, uma rotina de fiscalização, porque a adulteração continua solta. A CPI não acabou com a adulteração. Ou acabou? Quem pode me garantir isso? A adulteração continua correndo solta, porque na medida em que você não tem fiscalização - e isso cabe aos órgãos competentes, - você permite que aqueles que revendem produtos, adulterem e vendam gasolina adulterada da mesmíssima forma, antes da CPI. Que resultado positivo deu em termos definitivo, a ação da CPI, se não tiver uma ação permanente, que é de fundamental importância, sendo que é isso que resolve?

O SR. ROBERTO FREGONESE

Deputado, jamais tive a intenção ou mesmo a preocupação de criar qualquer tipo de afronta a quem quer que seja, em função disso. Isso foi largamente colocado nos jornais, nos meios de comunicação. Eu não sabia até este momento, que alguns membros desta Casa, tinham chamado a CPI de "laranja". Peço desculpas, se por acaso fiz alguma afronta. Não foi esta a minha intenção. A minha intenção foi justamente dizer o contrário, que esta casa mostrou não existir aqui CPI's "laranjas". Existem, aqui, trabalhos sérios que podem ser realizados, com o intuito de preservar a sociedade.

Durante o período que tivemos a CPI dos Combustíveis, tivemos uma atuação por parte dos órgãos de fiscalização, que infelizmente são bastante falhos, para se evitar que essa prática ilegal e imoral fosse contínua, dentro do Estado do Paraná. Essa CPI dos Combustíveis, principalmente nas pessoas dos Deputados Durval e Tony Garcia, tiveram uma coragem excessiva, porque eles iam em locais fazer a apreensão desses combustíveis adulterados ou desses solventes ou qualquer coisa nesse sentido, para materializar aquilo que essa Comissão Parlamentar de Inquérito estava investigando. Não vejo o trabalho de investigação ou o trabalho de inibição, da adulteração e da sonegação, como um trabalho desta Casa. Vejo isso como parte dos órgãos competentes: receita estadual, receita federal, polícias, tanto federal como estadual. Vejo agora como uma atribuição da Agência Nacional de Petróleo, do próprio Procon.

Muitas vezes, como disse no início do meu pronunciamento, batíamos nessas casas e não tínhamos esse eco que precisávamos ter. Quando esta Casa começou a atuar, colocando os deputados a investigar esse fato, é que tivemos o maior respeito por esses órgãos à sociedade, inclusive ao trabalho que os deputados aqui realizavam. É nesse ponto que digo que a CPI é útil para a sociedade. Acho que essa CPI que se findou cumpriu a sua finalidade e teve aí o que tem que ter; o respeito da sociedade.

O SR. EDSON STRAPASSON

Eu queria só complementar, acho que não tive uma resposta. Existe uma proposta de ação contínua, das entidades envolvidas e responsáveis por este controle permanente, na questão de controle, de fiscalização, nos postos de gasolina, no Estado do Paraná, pelo menos prevenindo a possível prática de adulteração, daqui para frente?

O SR. ROBERTO FREGONESE

Olha, a solicitação existe. Como o sindicato é um órgão de classe, não tem poder de polícia e também não tem o poder que esta Casa tem, de solicitar com que as autoridades façam isso ou aquilo. O que nós temos, sim, é que estar sempre vigilantes e tentando levar às autoridades, sejam elas do Poder Executivo ou mesmo do Poder Legislativo, exatamente para que tenhamos aí um posicionamento mais real e possamos monitorar a sociedade, em função daquilo que está acontecendo, dentro do mercado.

Infelizmente nós temos maus empresários em nosso segmento; também temos maus empresários na distribuição, e temos algumas pessoas, infelizmente, que se locupletam com a ingenuidade do consumidor. É esse o papel que o sindicato tem feito, temos denunciado e temos tido a colaboração inestimável da imprensa, em função das denúncias que fazemos e tivemos o ouvido desta Casa que apurou e materializou os fatos que vínhamos denunciando.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Prezado presidente, este aparte que faço seria desnecessário, não fossem os rumores que o Deputado Strapasson focalizou e citou. Inicialmente também, pelo ilustre presidente, do que se fala no Brasil, das Casas Legislativas todas, do Congresso Nacional, especialmente, quando se instala uma Comissão Parlamentar de Inquérito, já a imprensa, quase que toda ela diz: “Ah, vai dar em pizza, é laranja, cor-de-rosa, é tal e tal”.

Eu, pessoalmente, fico feliz em ver a sua presença na tribuna desta Casa, um homem sério, com a responsabilidade que tem de dirigir, presidir estes sindicatos, que têm esta força econômica, em todo o Estado do Paraná, onde além da geração de ICMS, de empregos para milhares de pessoas, o senhor certamente conhece a fundo, e tem o conhecimento dos clamores feitos pelos sindicatos, através da Presidência, antes da instalação dessa CPI, porque há comercialização, sonegação, adulteração, tudo isso, sabidamente no Paraná é conhecido e em todo o Brasil.

Mas, instalada a CPI, aqui na Assembléia Legislativa, presidida pelo Deputado Durval e tenho como relator Tony Garcia, com a participação dos demais ilustres deputados, e também a sua participação, ilustre presidente, de forma direta ou indireta, que traz para esta Casa um relato, um depoimento, dizendo que a CPI alcançou os seus objetivos, os seus trabalhos foram frutíferos, e o resultado positivo.

Qual o resultado prático? O resultado prático está aí, nessa relação. Veja, prezado presidente, o que se escreveu, nesse curto espaço de tempo, e que os deputados, todos nós aqui, temos compromisso com nossas bases, com nossos municípios, comissões técnicas permanentes da Casa, vista a órgão público. E ainda os deputados que fazem parte de comissões especiais, sejam quais forem, há uma exigência muito grande de disponibilidade de tempo, e eu folgo, pessoal e particularmente fico feliz com a sua presença aqui, o seu depoimento, quando diz que o trabalho dos ilustres deputados foi bom, que frutificou, que alcançou os seus objetivos e fica aquela pergunta, ou até a sua sugestão de que alguém do governo, me parece mais próximo desta Casa pudesse daqui para a frente dar continuidade aos trabalhos da CPI.

É claro, o Deputado Strapasson falou que continua a adulteração, ICMS, o senhor deu um exemplo do álcool, que é gritante. Como é que o distribuidor sério, honesto, pode concorrer com o outro que sonega, se ele compra da distribuidora o álcool a 80 e a outro, por 62 centavos? Um centavo, 2 centavos por litro de combustível significa muito.

Então, fico feliz, e espero que alguma providência seja tomada a partir de agora, através do Legislativo ou do Executivo, mas, fico feliz com o relato do prezado presidente por dizer que a CPI trabalhou e alcançou os seus objetivos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não tendo mais nenhum deputado que queira fazer pergunta, nós agradecemos ao nosso amigo, empresário Roberto Fregonese, pelos esclarecimentos que trouxe a esta Casa.

O SR. ROBERTO FREGONESE

Obrigado, presidente, obrigado deputados.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, não tive oportunidade de apertar o doutor Roberto Fregonese, mas quero dar um testemunho à CPI dos Combustíveis, aliás a todas as CPI's desta Casa e lamentavelmente alguém, vez ou outra, acaba criticando.

Nós, que já presidimos tantas outras CPI's e que estamos na qualidade de relator da CPI da Telefonia, sei o quanto é difícil fazer o trabalho de investigação, sei o quanto é penoso e o quanto é arriscado, quando você começa a fazer um trabalho que não é do parlamentar, e sim, de quem foi preparado para isto.

E esta Casa não tem medido esforços no sentido de procurar dar satisfação à sociedade quando da criação das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Por isso quero, neste momento parabenizar o Deputado Durval Amaral, presidente desta Comissão dois Combustíveis, o Relator, Deputado Tony Garcia, os

seus integrantes, que mais uma vez demonstram toda a preocupação, todo o interesse e dão uma resposta à sociedade. E o testemunho dado aqui pelo Roberto Fregonese que é líder de uma categoria que vem a esta Casa, se propõe a subir à tribuna e dar um testemunho como deu, é evidentemente a maior prova de que a CPI foi conduzida com o maior critério, com a maior imparcialidade e acima de tudo, voltada com interesse de esclarecer os fatos à população paranaense.

Por isso, neste momento me congratular com os membros da CPI, ao Roberto Fregonese, e a todos dizer que esta Casa cumpre mais um dos seus objetivos que é levar uma CPI até o seu final, mostrar o seu trabalho e mostrar o resultado como faz agora com este relatório que foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Horário das Lideranças, PL, PSC, PST, PSL, PPS, PT, PTB, PMDB, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Ouvi o pronunciamento do deputado Algaci Tulio e de diversos outros senhores parlamentares, alertando sobre a questão da Polícia Militar, que se encontra, eu diria que mais do que no indicativo de greve, encontra-se em greve, se não declarada na totalidade dos seus membros, uma posição de greve visto que permanece dentro dos quartéis sem fazer o trabalho natural de rua.

A questão da Segurança Pública no Estado do Paraná, senhor presidente, senhores parlamentares, há muito preocupa a sociedade e nos preocupa também como um todo. Nós estamos tratando segurança pública sem o devido respeito e, estamos em determinado momento, usando a arbitrariedade, o despotismo, o mando exacerbado e, isso cria uma condição interior do cidadão que faz Segurança Pública, de desconforto até para obedecer comandos que recebe.

Citaria alguns exemplos: o que deve estar pensando hoje, o militar do Estado do Paraná, que na greve dos caminhoneiros entrou largando cachorro e dando com cacete na cabeça de caminhoneiros que estavam no pátio do posto de gasolina?

Seguramente, este policial, com desconforto mandado pelas suas autoridades superiores foi lá para cumprir uma ordem. O que devem estar pensando os policiais militares que aqui na entrada da cidade atiraram contra ônibus que transportava os trabalhadores sem-terra, nitidamente bloqueando o direito de ir e vir do cidadão, visto que estavam em trânsito?

Seguramente um desconforto enorme, porque atenderam determinação superior e, isso cria na corporação inteira o desejo de, num determinado momento, ser ouvido pela corporação superior também.

Nessa hora que a corporação, os seus superiores o seu secretário, os seus governantes, não cumprem com a

melhoria salarial da categoria, é evidente que gera uma sensação de revolta e uma sensação de greve.

Quero relatar aqui, gostaria até que tivesse presente, me parece que hoje não está, o relações públicas da Secretaria de Segurança, Walmor Trentini, porque há muito tempo tenho levado esse dado para ele aqui nos corredores, e até o presente momento solução nenhuma acontece.

No Município de Saudade de Iguaçu, senhor presidente, senhores parlamentares, não existe banco, existe apenas o Sicredi, que tem sua matriz na Cidade de São Paulo. Esse Sicredi foi assaltado e teve o seu gerente seqüestrado. Horas depois o gerente foi encontrado às margens do lago da usina, morto. Noticiado pelo rádio. O delegado do município se apresenta dizendo que foi ele que encontrou o veículo. Pasmem os senhores, encontrou o veículo, recolheu à delegacia, lavou-o, com a roupa suja de sangue do cidadão que foi morto. Terminou com todos os vestígios da investigação e nada foi para frente.

A Sicredi mandou um ofício ao Excelentíssimo senhor José Tavares, secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, em 15 de dezembro do ano de 2000, relatando fatos e como um todo, citando dados, citando quando, aonde, como os fatos aconteceram, pedindo providências e chegando a dizer o seguinte:

“Devemos frisar que no município não existe agência bancária, somente uma agência do Sicredi, no entanto, a continuar a insegurança existente, essa agência será fechada”.

Pois bem, o assunto continua sem nenhuma condição de esclarecimento.

O delegado continua lá, mas essa denúncia formalizada pela Sicredi com carta da própria juíza de direito de Chopinzinho, foi simplesmente arquivada na Secretaria de Segurança Pública e nada foi feito. E nós vamos querer que exista segurança pública no Estado do Paraná, quando temos delegacias ocupadas por delegados de 4ª categoria, em delegacias que são de competência exclusiva de delegado de 1ª? Quando quebramos a hierarquia? Quando nada estamos fazendo para dar resposta?

Só lamento, presidente, que o tempo seja muito curto, mas voltarei ao assunto porque, “quem guarda, tem”. Tenho aqui as leis. Primeiro ato do governo Lerner: criou mais de 700 cargos no Estado, todos eles de alto custo, inclusive sete secretarias e mais cinco cargos DE-1, que tem salário e atribuições de secretário de Estado. Sete com cinco são 12 e por aí vai. No entanto hoje, não temos para pagar salário dos funcionários mais simples. Tenho aqui fotocópia de salários do quadro geral do Estado que há mais de 7 anos nada recebem. Como por exemplo, um dentista recebe 684 reais e 98 centavos com 14 anos de trabalho. Um médico recebe menos de 800 reais como teto. Um agrônomo recebe mil reais fazendo 8 horas.

Portanto, estamos massacrando a base da pirâmide do servidor do Estado do Paraná e isso não pode conti-

nuar. Não pode continuar sob pena de o Estado continuar sem vontade de trabalhar como está acontecendo.

Mas, voltarei ao assunto e quero citar as leis que mostram o porquê da desorganização salarial que o Estado do Paraná entrou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, com apoio do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 579/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cafeara, com sede no Município de Cafeara e foro no Município de Centenário do Sul. **Aprovado. (Publ no D.A. nº 165, de 16.11.99).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 114/200, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a aquisição de veículos blindados para as Polícias Civil e Militar do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ no D.A. nº 36, de 13.04.2000).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 323/2000, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Delegacia da Criança e do Adolescente no Município de Londrina. **Aprovado. (Publ no D.A. nº 132, de 04.10.2000).**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/2000, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bituruna, com sede e foro no Município de Bituruna. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/2000, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Rádio Comunitária Farol Pentecostal. "Aercofap", com sede e foro na Cidade de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, o substitutivo da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 003/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2001, que autoriza que a Codapar atue em outras unidades da Federação. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 003/2001

O artigo 1º do projeto de lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Atendidas as formalidades legais, a Companhia de desenvolvimento Agropecuário do Paraná-Codapar, pessoa jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, fica autorizada a atuar, no campo de sua especialidade, em outras Unidades da Federação, mediante autorização prévia da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 16.05.2001.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoio:

Irineu Colombo, Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, Caíto Quintana e Neivo Beraldin.

O projeto será encaminhado à CCJ.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/2001, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Operária e Beneficente Internacional São Braz. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - Aprovada.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 459/98, de autoria do Tribunal de Justiça, extingue e cria cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no D.A. nº 165/98, de 07/12/98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 459/98

P A R E C E R :

O presente projeto de Lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por objetivo extinguir e criar cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.1998.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator

Em votação.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, quero fazer um encaminhamento contrário ao projeto de lei do Tribunal de Justiça. Primeiro, que eu vejo uma falha, que a justificativa não está completa na impressão, aqui, mas talvez seja apenas uma fala de tipografia, porque a justificativa fala de outro projeto. Esse problema tem que ser sanado.

Mas, de qualquer forma, o que vejo neste projeto é: “Artigo 1º, ficam extintos na estrutura do cargo de servidores do Poder Judiciário, 18 cargos técnicos judiciais.” Cargos por concurso público. “Artigo 2º - criados 32 cargos de oficiais de gabinete de desembargadores, simbologia 1C, etc. Provimento em Comissão.” Não tem, aqui, como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal, tenho que ter aqui comigo a informação do impacto orçamentário. Por mais que venham com a famosa justificativa: “não são cargos ocupados”. Se não são ocupados e não serão ocupados, para que criá-los? Obviamente que quem cria um cargo é para nomear. E é sabido, o Poder Judiciário do Brasil tem nomeado cunhados, primas, tios, se tiver até avô é capaz de nomear. Então, nos cargos em Comissão, o nepotismo é uma coisa vergonhosa no Judiciário brasileiro. É uma discussão no Senado Federal, na Câmara Federal, projeto de discussão com relação ao controle externo. O Judiciário tem que se mobilizar, tem que se enquadrar na legislação, tem que diminuir os gastos, tem que ser mais célere, menos burocrático.

Então, neste momento, em homenagem aos policiais militares que estão querendo aumento, em homenagem aos professores, aqueles que não tiveram nenhuma ajuda. Os senhores juízes têm ajuda de moradia e tantos outros benefícios que nós, deputados estaduais, que somos submetidos ao crivo popular de 4 em 4 anos, não tivemos nenhum benefício desse tipo. Aliás, o combatemos aqui nesta Casa.

Então, quero encaminhar contrário, para economia do dinheiro público. As justificativas não estão completas, não tem aqui o relatório do impacto sobre o orçamento do Tribunal de Justiça e também porque o Tribunal de Justiça está eivado de nepotismo.

Quero manifestar o meu voto contrário a este projeto de lei.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, quero encaminhar, e longe de mim, em defesa dessa questão do Tribunal de Justiça, até porque nós temos na Casa diversos assuntos sobre o Tribunal de Justiça e estamos tentando resolver todos em bloco, para que todos os setores da Justiça do Paraná sejam contemplados. Inclusive, alguns que têm merecido crítica, a própria Executiva desta Casa, crítica da própria OAB, que defende a criação de cargos de desembargadores, quando, na verdade não defende cargos de trabalhadores da Justiça, que possam acelerar o trabalho da Justiça na base da pirâmide.

O nosso problema de Justiça no Paraná é criarmos estrutura para que a Justiça funcione na sua base e não na sua cúpula. Agora este, senhor presidente e senhores parlamentares, em primeiro lugar, deputado Colombo, a culpa da justificativa equivocada que está aqui é da própria Assembléia Legislativa e não do Judiciário.

Segundo, o impacto estão aqui, criados os 17 mil 150 reais e 40 centavos por mês, porque está criando 32 cargos de oficial de gabinete. É bom deixar claro uma coisa, que os desembargadores não têm cargo em comissão nos seus gabinetes e é evidente que você precisa. Nós sabemos disso nos nossos próprios gabinetes, nós temos cargos em comissão nos nossos gabinetes e muitos são cargos de nossa livre escolha, de pessoas que nós possamos ter sobre ela uma determinada afinidade. O cargo é de 500 reais, portanto, não acredito que se alguém tiver que fazer nepotismo vai fazer com um cargo de R\$535,95. Portanto, é uma forma de ter um oficial de gabinete a serviço do desembargador, para dar agilidade nos seus papéis e internamente no Tribunal. E está extinguindo uma quantidade de cargos com valores iguais e até maiores daqueles que estão sendo criados agora. Se, eventualmente não estiverem preenchidos, existindo, nada impede que possam sê-lo. E nós temos prova disso. Quando nós extinguimos o inspetor de educação do Estado do Paraná, em 380 municípios, aproximadamente, não foram extintos os cargos. E a partir daí, desde o governo anterior até o atual, utilizou estes cargos que estavam em aberto nomeando pessoas em comissão.

Então, acho que este projeto, e peço vênha ao Deputado Colombo que entenda que também não faço coro com aqueles que pretendem aprovar isoladamente cargos do Judiciário, mas esta é uma questão de emergência. O número 32 é exatamente o número de desembargadores que tem. Cada desembargador possa ater, pelo menos, um cargo no seu gabinete para lhe prestar auxílio, exatamente porque neste instante não há um cargo em comissão em gabinete de desembargador.

Acho que esta questão é justa. É necessária. E vamos contestar aquilo que tem que ser contestado, que é, onde se aplica o dinheiro do Funrejus, da necessidade

ou não de criar cargos de desembargadores, de criar cargos ou não no Tribunal de Alçada. Estas são as questões.

E também discordo de uma: não é porque uma categoria está como salário baixo que nós devemos punir todas as demais. Pelo contrário: devemos lutar para que todas elas consigam um salário digno.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em votação. Aprovado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Solicito verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vai-se proceder à verificação de votação. Os deputados que aprovam, queiram levantar-se. Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Não há quórum para deliberação.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1453, de autoria do Senhor Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 17, às 10h00 com a seguinte

ORDEM DO DIA,

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 459/98.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 046, 166 e 319/2000; 122 e 124/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 050 e 083/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 069, 189 e 377/2000; 114, 138/2001 e do Projeto de Resolução nº 010/2001.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 263/2000

I - exonerar, a pedido, ALEXANDRE TOLEDO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, ALEXANDRE TOLEDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de julho de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 2000;

III - exonerar, a pedido, BRAZÍLIO BACELLAR NETO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de julho de 2000;

IV - exonerar, a pedido, MARLI PECHISKI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de julho de 2000;

V - prover, CELSO CARLOS CAROLLO SILVESTRI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de julho de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VI - exonerar, a pedido, TEREZA CRISTINA SIQUEIRA SCOPEL, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de julho de 2000;

VII - prover, MARLI PECHISKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de julho de 2000;

VIII - exonerar, a pedido, MARISE SANCHES NEITZE, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de julho de 2000;

IX - prover, LENADIR CARBONEIRA NEITZKE, exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de julho de 2000;

X - exonerar, a pedido, JACI ESTEVÃO DE PAULA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de julho de 2000;

XI - prover, JACI ESTEVÃO DE PAULA, exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de julho de 2000;

XII - prover, TEREZA CRISTINA SIQUEIRA SCOPEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de julho de 2000;

XIII - exonerar, a pedido, SILMARA FRANZONI WAGNER ROCHA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de julho de 2000;

XIV - prover, BRAZÍLIO BACELLAR NETO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de julho de 2000;

XV - prover, JOSÉ MARIA ROCHA JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de julho de 2000;

XVI - prover, ISABEL CRISTINA RAUEN SILVESTRI, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de julho de 2000;

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em 17.07.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 264/2000

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Tony Garcia, a partir de 1º de julho de 2000, conforme especifica:

1GP-3: IRACI LAVORENTI MESSIAS

1GP-2: REGIANE ZANATA

1GP-2: DANIELE PEDROSO SILVA

1GP-1: RITA DE CÁSSIA VELOZO

1GP-1: GECIRA DA SILVA

1GP-1: FABIANE CORRÊA NADER

1GP-1: ERNESTO ROSSATO

II - prover, CARLOS EDUARDO DE MUNHOZ FURTADO, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Tony Garcia, a partir de 1º de julho de 2000.

(Prot. nº 6291)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 265/2000

I - exonerar, a pedido, ANDRESSA MARA DE LAZZARI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de julho de 2000;

II - exonerar, a pedido, EDSON ARTHUR BORIN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de julho de 2000;

III - prover, EDSON ARTUR BORIN, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de julho de 2000;

IV - prover, ANDRESSA MARA DE LAZZARI, para exercer cargos em Comissão, símbolo, junto ao gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de julho de 2000;

V - prover, LOURDES MONTEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado NELSON JUSTUS, a partir de 1º de julho de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 266/2000

I - exonerar, a pedido, PAULO RICARDO DE BONA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 1º de julho de 2000;

II - exonerar, a pedido, MARILIS DO NASCIMENTO WIERTEL, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do Gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 1º de julho de 2000;

III - prover, MARILIS DO NASCIMENTO WIERTEL, para exercer os cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 1º de julho de 2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 267/2000

I - exonerar, a pedido, INGRID KUSMA TAKAYAMA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 30 de junho de 2000.

Palácio “XIX de Dezembro, em 19.07.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 281/2000

I - exonerar, a pedido, SEBASTIÃO RÓDIS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de agosto de 2000;

II - prover, ALDO PEREIRA TEIXEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de agosto de 2000.

(Prot. nº 7165/2000)

Palácio “XIX de Dezembro, em 11.08.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 284/2000

I - exonerar, a pedido, POLIANA CAVAGLIERI SALDANHA DOS ANJOS, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Antônio Carlos Baratter, a partir de 1º de agosto de 2000;

II - exonerar, a pedido, ALTAIR LUIZ DE MORAES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Antônio Carlos Baratter, a partir de 1º de agosto de 2000;

III - prover, ADRINANA MARIA TODESCHINI, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Antônio Carlos Baratter, a partir de 1º de agosto de 2000.

(Prot. nº 7215/2000)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 285/2000

I - exonerar, a pedido, JOSÉ ALCI OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de agosto de 2000;

II - prover, LUCIANO LASPERG DE ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de agosto de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, JOSÉ ALCI OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de agosto de 2000;

IV - exonerar, a pedido, RENATO SPERLING JÚNIOR, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de agosto de 2000;

V - exonerar, a pedido, EDILSON ARAÚJO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de agosto de 2000;

VI - prover, RENATO SPERLING JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de agosto de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VII - exonerar, a pedido, JULIANA MARIELA LASPERG DE PAULA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de agosto de 2000;

VIII - prover, JULIANA MARIELA LASPERG DE PAULA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança, a partir de 1º de agosto de 2000;

IX - prover, EDILSON ARAÚJO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de agosto de 2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 286/2000

I - exonerar, a pedido, CLÉBER GEIB ROCHA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de agosto de 2000;

Palácio “XIX de Dezembro”, em 15.08.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário
AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2001

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Antonio Carlos Belinati e Nelson Tureck.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. RICARDO MAIA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação, com chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos senhores deputados)

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero registrar a presença, com muita alegria e satisfação, da senhora Luci Colombo, mãe do nosso amigo e grande deputado Irineu Colombo, que saiu lá da cidade de Medianeira para prestigiar a sessão desta Casa, que infelizmente não teve quorum, e ela não pode ouvir o belo discurso do grande deputado que ela trouxe para esta Casa.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

14 Senhores Deputados responderam à chamada.
Não há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pedi pela ordem antes de Vossa Excelência anunciar a não presença de quórum para a sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A sessão já está levantada, mas Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Muito obrigado, senhor presidente.

Apenas para fazer um comunicado à Casa, que neste momento fatos lamentáveis estão acontecendo em Curitiba, envolvendo nossa Polícia Militar, cujas esposas de militares estão, desde anteontem, fazendo protestos e movimentos.

Veio uma comitiva do interior do Paraná, e numa reunião com o Governo do Estado ontem à noite, que perdurou até as primeiras horas da madrugada, não se encontrou uma solução. Agora, às 10h00 está marcada uma outra reunião. Mas, neste exato momento está havendo inclusive a utilização de bombas de gás lacrimogênio. Já

ocorreram duas prisões de mulheres e alguns policiais militares que, mesmo fardados, arrancaram esta tarja de identificação que eles utilizam e passam também aderir ao movimento.

A situação é grave. É caótica, em Curitiba, Londrina e Maringá. E é necessário que agora, às 10h00, neste momento, acredito eu, o governo esteja recebendo esta comitiva para prosseguir nas negociações. Que o governo encontre o mais rápido possível uma solução para a crise que está instituída dentro da Polícia Militar, dentro da Segurança.

Setenta por cento da cidade de Curitiba está sem policiamento, neste exato momento, senhor presidente e senhores deputados.

A situação é grave, e nós esperamos que o mais rápido possível o governo encontre uma solução.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 459/98

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 046, 166, 319/2000, 122, 124/2001

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 050/2000 e 083/2001

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 069, 189, 377/2000, 114, 138/2001 e do de Resolução nº 010/2001

Convoco ainda, os senhores deputados para a Sessão Solene de outorga de título de Cidadania Honorária do Paraná "*post mortem*" ao Senhor Doutor Fernando da Gama e Souza, a realizar-se às 17h00.

Levanta-se a sessão.